

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

ATA Nº 004

PRESIDENTE - DEPUTADA VERINHA ARAÚJO

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Declaro reunida a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social em sua primeira reunião.

Estão presentes os Srs. Deputados Carlão Nascimento e Sebastião Rezende, membros efetivos da Comissão; os representantes do Secretário de Estado de Educação, do Sindicato dos Trabalhadores da Educação e representantes de escolas.

A pauta para esta reunião é sobre o transporte e merenda escolar.

Sabemos que a questão da merenda escolar é muito séria, principalmente nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande. Mas a questão do transporte extrapola essas duas cidades e está praticamente em todas as cidades. Hoje, inclusive, acompanhamos duas audiências com o Governador, em duas regiões do Estado, em que a pauta principal era o transporte escolar.

Abro a palavra, primeiramente, aos Deputados que quiserem fazer uso dela ou, se preferirem, usar após a Secretaria de Educação.

(OS SRS. DEPUTADOS PRESENTES DECIDEM FAZER USO DA PALAVRA DEPOIS)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Vamos ouvir a Secretaria de Educação sobre qual é o encaminhamento que está dando com relação a esses dois temas. Depois ouviremos o Sindicato dos Trabalhadores e, no caso, as escolas que estiverem presentes e que quiserem fazer uso da palavra.

O papel da Comissão aqui, hoje, é o de buscar soluções no sentido de que a merenda chegue o mais rápido possível às escolas, bem como o transporte escolar. Inclusive, vamos utilizar as legislações e o que estiver ao alcance da Comissão para que os nossos alunos não sejam mais penalizados do que já estão.

Passo a palavra aos representantes do Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, Srs. Afonso Dalberto e Arnaldo Paula da Silva, apesar de o convite ter sido feito ao Secretário Estadual de Educação.

No dia 28 de março, recebemos um ofício da Secretaria informando-nos que o Secretário não poderia estar presente, mas que estaria enviando esses dois representantes.

Com a palavra, o Sr. Afonso Dalberto, Diretor Executivo do Fundo Estadual de Educação.

O SR. AFONSO DALBERTO - Deputada Verinha Araújo, Deputado Carlão Nascimento, Deputado Sebastião Rezende, conterrâneo de Rondonópolis; senhores e senhoras presentes.

A ausência do Secretário na Assembléia Legislativa não é por vontade do Dr. Gabriel Novis Neves. Quem o conhece sabe que ele - e todo mundo o conhece - não deixa de cumprir com suas responsabilidades em hipótese alguma. Entretanto, ontem nós tivemos uma reunião no Palácio Paiaguás em relação à educação. Hoje, é o planejamento do Estado. Foi uma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

convocação feita pelo Governador, já há algum tempo, a todos os Secretários; e o Sr. Secretário Gabriel Novis Neves não poderia deixar de estar presente.

Esse é o motivo pelo qual ele não pôde estar presente aqui, Deputada Verinha Araújo, mas deixou claro, que não deixará de aqui comparecer numa próxima convocação, porque não é do feitio dele deixar de cumprir com suas responsabilidades. Ele pede desculpas por não estar presente, mas é em função de uma convocação do Exmº Governador e, infelizmente, não teria como ele participar das duas convocações ao mesmo tempo, até pelo próprio horário que coincidiu.

Eu, como Diretor Executivo do Fundo Estadual da Educação, estou aqui o representando, juntamente com o Sr. Arnaldo Paula da Silva, Superintendente Adjunto da Administração.

Quanto a essa posição colocada sobre o transporte escolar, Deputada, realmente o Estado tem um problema muito sério para resolver.

No ano passado o transporte escolar começou a ser liberado em junho e julho e foram setenta e nove municípios que assinaram os convênios e algumas escolas, especificamente, escolas estaduais. Com isso, no ano passado foram assinados convênios em torno de seis milhões e setecentos mil reais. O que aconteceu? Quando chegou em dezembro, no dia trinta de dezembro de 2002, um milhão, setecentos e vinte mil reais não foram cumpridos - nos convênios assinados com as prefeituras -, os empenhos foram cancelados e automaticamente as prefeituras deixaram de receber esses valores.

Isso trouxe um transtorno muito grande para quase todos os municípios, com exceção de alguns que receberam as últimas duas parcelas.

Dentro dessa situação, não é possível programar um valor sonhador, porque chegará o mês de dezembro e não será liberado o convênio conforme foi assinado. Dentro disso, é que está o grande problema do Estado.

O orçamento previsto para o transporte escolar no ano passado, entre o ensino fundamental e o médio, foi de seis milhões e meio para atender cento e trinta e nove municípios. Começa dentro dessa perspectiva.

Outra situação que tem que ficar clara, que não podemos deixar de colocar, é que o salário-educação, no ano passado, era liberado da seguinte forma: cinquenta por cento daquilo que o Estado recebia, que a Secretaria recebia, iam cinquenta por cento para os municípios e cinquenta por cento para a Secretaria de Educação.

Em dezembro do ano passado, uma lei votada na Assembléia Legislativa mudou o sistema e setenta e cinco por cento do salário-educação serão repassados aos municípios e vinte e cinco por cento ficaram com a Secretaria de Educação.

Com essa lei houve uma perda, ou uma retirada, de quatro milhões de reais e houve um aumento significativo para as prefeituras. Dos dezesseis milhões do salário-educação, doze milhões são repassados às prefeituras automaticamente.

Esses valores que os municípios recebem são... É feito um trabalho pelo censo da Associação Mato-grossense dos Municípios, e é distribuído por município o valor a que ele tem direito - segundo a Associação Mato-grossense dos Municípios.

Vejam bem, dentro dessa expectativa de liberar, de assinar convênios, especificamente, para o transporte escolar com as prefeituras, dos setenta e nove municípios que participaram no ano passado, hoje, a solicitação é de cento e trinta e nove municípios.

O valor que temos no orçamento solicitado ou previsto, ou que os municípios dizem ser necessários, é de cinquenta milhões de reais.

A situação hoje, do orçamento da Secretaria de Estado da Educação é de quatrocentos e setenta milhões para o ano de 2004. Nós já estamos trabalhando com dificuldade,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

sem nenhum contrato, de fecharmos as contas em quinhentos e trinta e oito milhões de reais. E já estamos com um déficit de sessenta e oito milhões que temos que buscar e não podemos buscar mais dinheiro, mas temos que buscar uma solução para a educação.

Vejam esses números. Nós já os apresentamos numa reunião com o Secretário ao SINTEP, em que apresentamos a nossa previsão da folha de pagamentos em quanto fecharemos neste ano. Da forma que está sendo conduzida, dentro das perspectivas da ampliação das projeções do Programa Arara Azul e outros programas que os funcionários têm direito a receber, nós fecharemos essa folha, na verdade, gastando em torno de 87,6% do orçamento da Secretaria de Educação.

Essas projeções nos deixam preocupados, muito intranquilos, quando se fala em possibilidade, ou necessidade, ou solicitação de cinquenta milhões de reais para transporte escolar.

Deputada Verinha Araújo, Deputado Carlão Nascimento, Deputado Sebastião Rezende, é muito difícil administrar quando nos encontramos nessa situação, mas é uma responsabilidade nossa e temos que fazê-la.

Hoje, a busca para a distribuição desse valor que estamos trabalhando, é em torno de oito milhões de reais, para o transporte escolar... E, evidentemente, haverá municípios que não terão 100% daquilo que tem necessidade, aliás, nenhum município terá aquilo que lhe é necessário.

O Deputado Carlão Nascimento, como Secretário de Educação que foi por tanto tempo, também tem conhecimento dessa realidade dos fatos.

Quanto ao transporte escolar, na verdade, temos que buscar uma solução técnica, onde a Secretaria de Educação necessita e precisa se unir a técnicos da área de transporte, ao SINTEP, à área pedagógica, especificamente, da Secretaria de Educação que é a área mais importante que tem na Secretaria, para buscar uma solução e diminuir o transporte escolar. De que forma? Atender as áreas rurais com que tipo de escola? Um programa para escolas rurais? Um outro sistema de transporte que possa atender? Extensão de escolas?

Não sei. Não sou eu e nem será uma única pessoa que irá descobrir o Ovo de Colombo para resolver esse problema. Precisamos nos unir com as Prefeituras, com os Secretários e Secretárias Municipais de educação, com os assessores pedagógicos, com a área especificamente pedagógica da secretaria, com técnicos da área de transporte, para buscarmos uma solução para que façamos uma coisa mais real, uma situação mais real e não da maneira como está sendo conduzida. Que o transporte escolar seja realmente um transporte escolar voltado para a sociedade e não para a sociedade escolar, para aqueles que têm necessidade de transporte.

E também evitarmos que o transporte escolar se transforme em um comércio. Isso é o que mais me preocupa. Não pode ser levado para esse caminho, ser um comércio, ser interesse político, que o utilize para resolver o problema de poucos e não da comunidade, da sociedade estudantil, comunidade escolar, que é mais necessário.

Essa situação do transporte escolar é muito preocupante, pois não temos como resolvê-la apenas e tão somente através da área administrativa.

Esse ano é um ano em que já temos uma definição dos valores - nesses cento e trinta e nove municípios -, por município em que vamos atingir a casa dos oito milhões de reais, que é aquilo que o nosso orçamento comporta e evidentemente não vamos satisfazer nenhum dos prefeitos que estão solicitando, mas, não podemos fugir dessa realidade.

Rapidamente, quanto à liberação que é a parte em que nós, lá do Fundo, trabalhamos. Das verbas para a alimentação escolar...

(A DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA COM O ORADOR FORA DO MICROFONO - INAUDÍVEL.)

O SR. AFONSO DALBERTO - Pois não, Deputada.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Falarei rapidamente sobre a liberação das verbas.

Nós já temos um trabalho, porque na verdade, a grande preocupação, a grande reclamação, a colocação até certo ponto sem conhecimento de causa é quanto a documentos e burocracias dentro da Secretaria. Não é essa a realidade. Aquilo que a Secretaria de Educação, aquilo que o Fundo Estadual de Educação está solicitando dos diretores não é nada mais do que está escrito na lei. Não estamos inventando a roda. Essa é a grande realidade.

Assumimos a Secretaria e cento e cinquenta e uma escolas estavam inadimplentes, pela falta de prestação de contas. Há casos, inclusive, que o diretor falou que pensou que o dinheiro do bimestre depositado na sua conta, era o valor que ele tinha direito de juros: “Eu achei que era um dinheiro de juros. Eu pensei que era um dinheiro, que era uma parte de juros que tinham depositado para mim”.

Essa é uma situação que não podemos ficar desenterrando cadáveres, ou coisa parecida. Não é isso. Todo ente jurídico que recebe qualquer valor do Estado, ou de qualquer outro setor tem que prestar contas.

Das cento e cinquenta escolas que receberam do BNDE, direto de Brasília, a maioria, não prestou contas.

Essa é uma situação complicada Deputada Verinha Araújo, Deputado Carlão Nascimento, é uma realidade que aconteceu.

Hoje, o convênio é feito com o Conselho Deliberativo das escolas. É um ente jurídico que vai prestar contas ao Tribunal de Contas e há a necessidade em lei de fornecer as certidões necessárias para assinar o convênio.

O que estamos tentando, e vamos fazer, é que seja cumprido aquilo que for necessário, dentro da legalidade. Essa situação é uma situação real. Não adianta pensarmos que vamos resolver lá na frente. Não. É uma necessidade. É o início de um pensamento que é necessário e está sendo feito. E será feito. Liberar verbas para quem está em dia com a prestação de contas e quem tem documentação legal. Isso é uma posição legal. Não é uma invenção do Sr. Afonso Dalberto, do Sr. Carlos Kraus, do Secretário. Não é invenção. Isso é Lei. Nós não podemos inventar.

Essa demora que está acontecendo... Eu acredito que já deveria ter sido liberado, evidentemente, que sim. Agora, a liberação está dentro daquele padrão, nada mais do que um padrão real.

Sobre o repasse bimestral, até agora a pouco que saímos de lá, já tínhamos feito oitocentos e três mil reais de repasse. Para alimentação escolar, até amanhã, no Banco do Brasil, serão repassados cento e oitenta mil, seiscentos e oitenta e oito reais. Quarenta escolas que estão em dia, que são, especificamente, da Baixada Cuiabana e que estão... Isso já foi transmitido ao Banco do Brasil e há aquela demora que os senhores conhecem para essa transmissão. Nós entregamos, mandamos para a Secretaria, a Secretaria manda para o Banco do Brasil, e há essa demora.

Todos os convênios, 100% dos convênios com as escolas, estão prontos. O que acontece é que há convênios que estão sendo mandados pelo correio, para serem assinados nos municípios, para que o Diretor não precise vir aqui assinar. É uma coisa natural. E os da Baixada Cuiabana estão assinando na Secretaria. Essa é a realidade da merenda escolar.

Outra verba, também, Srs. Deputados, que nós estamos liberando, e que já foi liberada para quarenta e uma escolas e nós vamos atingir a casa dos um milhão e setecentos mil reais, mais ou menos. É uma verba emergencial. Foi um decreto... Um milhão e duzentos mil reais, mais ou menos, nós vamos trabalhar só na Baixada Cuiabana.

Foi um Decreto do Governador; foi uma idéia, um pensamento da Secretaria de Educação. Os Conselhos Deliberativos das escolas receberão uma verba para a emergência, como: lâmpadas, parte hidráulica, piso, quadro. Enfim, para aquela situação mais emergencial. Nós

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

tomamos essa posição em grupo, porque na Secretaria de Educação não trabalhamos individualmente. Nós não somos um bolo de noivo, em que cada um tem um pedaço para comer. Nós temos um pensamento em conjunto. Nós visualizamos que a sociedade, aquela comunidade escolar, pode acompanhar esse trabalho dos Diretores, dos Presidentes dos Conselhos. Esse é o nosso pensamento.

Dentro disso, nós criamos esse Decreto, que foi aprovado pelo Governador e pela Procuradoria-Geral do Estado, onde diz que até quatorze mil e quinhentos reais a Secretaria repassará. Até quatorze mil e quinhentos reais, quer dizer, tem que ser quatorze mil e quinhentos reais. Até quatorze mil e quinhentos reais a Secretaria repassará às escolas, diretamente, para que os diretores, os conselhos das escolas, cuidem das suas escolas. Houve várias posições no sentido de que as escolas têm que contratar uma empresa. Não é isso. Não há necessidade e não é para esse fim que esse Decreto foi criado. É para que a Diretoria, para que o Presidente do Conselho Deliberativo, dentro da sua comunidade escolar, porque ali tem o vidraceiro, o eletricitista, o técnico em hidráulica, o pedreiro, que tem como fazer esse trabalho... Como, então, prestar contas? A Prefeitura Municipal tira a nota fiscal da prestação de serviço, recolhe o INSS e a mão-de-obra estará comprovada. Estará comprovado que foi feito o trabalho. Essa é a intenção da Secretaria de Educação.

Qual é essa intenção da Secretaria de Educação? Abrirmos para a escola, democratizarmos mais a verba escolar para que o dinheiro da Secretaria chegue diretamente ao ente final que é a escola. E que a escola administre essa situação. É evidente que há reformas que são grandes, que há situações em escolas, que, na verdade, hoje, é uma calamidade e que não serão atendidas com esse valor. Esse é um outro trabalho, mas, dentro dessas emergências como uma fossa estourada, poderá atendida dessa forma. E quem cuidará da escola será o Diretor e o Presidente do Conselho Deliberativo. Essa é a intenção da Secretaria, que a escola cuide da verba a que tem direito. Que ela cuide e administre sua verba.

Outro detalhe, também, que foi a busca desse trabalho em conjunto com os Diretores, com os Conselhos Deliberativos. Eram quatro repasses. Na verdade, diziam que era um repasse bimestral. Eu acho que em dez meses terá que ser cinco repasses para ser bimestral. Então, passamos a cinco repasses no mesmo valor, porque não teve aumento, mas nós aumentamos. Eram quatro repasses no valor de *per capita*. Agora, são cinco repasses no mesmo valor de *per capita* do ano passado, porque não houve um aumento no valor de *per capita*. Houve sim, o aumento de um repasse a mais.

Vejam bem, todas aquelas atitudes...

(NESTE MOMENTO, UM OUVINTE INTERROMPE O ORADOR –
INAUDÍVEL).

Não. Hoje, é um repasse bimestral real, que são cinco repasses em dez meses, o que antes eram quatro repasses em dez meses... Não. Dez meses... Nós contamos dez meses dentro do ano letivo. Nós estamos falando dentro do ano letivo. É no sentido do ano letivo. O ano letivo tem dez meses, então, são cinco repasses. Antes, eram quatro repasses e nós passamos para cinco repasses.

Na verdade, o que a Secretaria de Educação está buscando dentro desse orçamento arrojado? Que o Diretor da escola, que o Presidente do Conselho Deliberativo, nos ajudem a administrar os recursos que a Secretaria tem. Este é o nosso pensamento. Nós não estamos centralizando os recursos. Nós estamos democratizando os recursos. A minha opinião é que isso seja aumentado. De que forma? Nós temos que buscar. Buscar com quem? Com os Diretores, com os Conselhos Deliberativos, com o SINTEP, com a Assembléia Legislativa, com toda a sociedade envolvida com a Educação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Esse é um pensamento, é um dos planos que estamos aplicando. Essa é uma situação que não pode retroagir. Não podemos voltar atrás. Nós entendemos que não podemos deixar que o dinheiro volte a ser centralizado, em hipótese nenhuma. Essa necessidade que as escolas, os diretores, especificamente os Conselhos, estejam em dia com suas documentações é a única possibilidade que temos para democratizar os recursos da educação. Se isso não acontecer, não podemos democratizar, porque não temos legalidade para repassar às escolas. É isso que é necessário. Não podemos mudar de sistema. O sistema tem que ser dentro da legalidade. Essa é a minha preocupação. Essa preocupação quanto a certidões, que é uma burocracia, não fui eu que inventei. Isso é a lei.

Deputada, eu gostaria de deixar à disposição o Sr. Arnaldo Paula da Silva, para falar, especificamente, sobre a merenda escolar.

O SR. ARNALDO PAULA DA SILVA – Deputada Verinha Araújo, Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, em nome de quem cumprimento toda a Mesa; Deputados que se encontram no recinto, senhoras e senhores.

Eu vou falar pouco da merenda escolar, mas, vou esperar depois os questionamentos, Deputada.

Quero parabenizar o Deputado Carlão Nascimento, criador da Lei nº 7.856, que escolarizou a merenda no Estado de Mato Grosso e que é um sucesso, Deputado. A escolarização da merenda escolar no Estado de Mato Grosso é um sucesso. Por quê? Porque é administrada na ponta, pelos Conselhos e pelos Diretores das Escolas Estaduais.

A Câmara de Negócios, que foi criada nos pólos regionais. Que ficou responsável pela habilitação de fornecedores e registro de preços, é soberana para fazer esse trabalho. E vem fazendo com grande sucesso. A prova do sucesso, que a Câmara de Negócios deu certo, que a Lei nº 7.856, que dispõe sobre a merenda escolar no Estado de Mato Grosso, também, deu certo, é que quando se fala em resumir a merenda escolar para que a Secretaria de Educação entregue em todo o Estado de Mato Grosso, todos os Diretores são contra, todos os Conselhos Deliberativos são contra. Então a Lei nº 7.856 é um sucesso.

A única coisa que fizemos na nova administração da Secretaria de Educação foi tirar da Instrução Normativa nº 036/99, quando a Lei ainda não havia sido sancionada, pois ela é de 18 de dezembro de 2002, apesar de ter sido apresentada na Assembléia Legislativa em 1999, pelo Deputado Carlão Nascimento. É que, a Instrução Normativa daquela época falava que a merenda escolar nos pólos regionais de todo o Estado de Mato Grosso tinha que ser adquirida ao preço médio. Quando foi sancionada a Lei nº 7.856, no dia 18 de dezembro de 2002, e ela não foi vista pela antiga administração, constava que a merenda escolar tinha que ser adquirida ao menor preço, ao custo mínimo.

O que o Secretário fez nessa nova administração? Simplesmente, criou uma nova Instrução Normativa dizendo que a merenda escolar tinha que ser comprada ao menor preço, obedecendo à Lei nº 7.856, sancionada em 18 de dezembro de 2002. Quando nós colocamos o preço mínimo e tiramos o preço médio, que onerava em até doze por cento, a merenda escolar... Porque, diversos fornecedores apresentavam preços diferentes, um primeiro apresentava o preço do arroz de um real, outro fornecedor apresentava o arroz no valor de um real e trinta centavos e um terceiro fornecedor apresentava, também, o arroz no valor de um real e trinta centavos e os três juntos davam uma média de um real e vinte centavos. Portanto, aquele fornecedor que apresentou o valor de um real saiu prejudicado. O que apresentou o valor de um real e trinta centavos não ganhou, mas, todos, na formação de um *cartel*, poderiam levar vantagem, porque o arroz foi vendido a um real e vinte centavos para as escolas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Quando nós colocamos na Instrução Normativa que a merenda escolar tinha que ser comprada a um menor preço, nós conseguimos economizar até 25% nos produtos comprados pela a merenda escolar. A Lei do Deputado é um sucesso. A escolarização é um sucesso. Eu acabei de chegar de uma viagem pelo interior do Estado de Mato Grosso e todos aprovam a continuidade da escolarização da merenda, Deputada. E as Câmaras de Negócios têm reunido os fornecedores. A merenda escolar tem sido comprada no próprio município, até para prestigiar o município. Não é só uma questão de Cuiabá, mas aquele pequeno agricultor que está lá na ponta, esse pequeno agricultor tem agradecido essa Lei de autoria do Deputado Carlão Nascimento, que fala da escolarização da merenda, porque se compra muito mais barato quando é feito na própria cidade.

Eu vou encerrar e deixar aberto para perguntas, Sr^a Deputada.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Queremos, aqui, agradecer as presenças dos Deputados J. Barreto e Deputado Ságua, que acompanham a reunião da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social.

Vamos passar a palavra, a Sr^a Maria Antônia, do SINTEP, que faz parte do Conselho Estadual de Alimentação Escolar.

Nós temos uma limitação. Nós temos, praticamente, uma hora para a término desta reunião, porque haverá reuniões de outras Comissões.

Pedimos agilidade nas questões e aos companheiros que estão no Auditório.

A SR^a MARIA ANTÔNIA – Boa-tarde!

Eu quero cumprimentar a Mesa, em nome da Deputada Verinha Araújo. E quero, também, parabenizá-la pela reunião. É uma reunião aberta e muito importante, considerando que ainda não tivemos, nas legislaturas anteriores, a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, funcionando de fato.

Nós queremos parabenizar em função da Deputada Verinha Araújo nos representar como educadora, nesta Casa, e de podermos discutir, efetivamente, educação na Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social da Assembléia Legislativa.

Com relação ao nosso tema, que não trata somente dos repasses da escolarização da merenda, mas de outros pontos, como foi colocado pelo Sr. Afonso, representante da SEDUC. Com relação à merenda, especificamente, pois represento o SINTEP, nós tivemos desde 1999 o programa da escolarização da merenda funcionando. Os maiores problemas que temos ouvido dos nossos representantes por todo o Estado, são com relação aos recursos que são mínimos não se considerando a realidade que, ainda, não acontece.

Nós temos até hoje treze centavos por aluno, que é o repasse do FNDE. A SEDUC nunca se posicionou com relação ao aumento desse repasse. Aumento mensal desse recurso por *per capita*. E o atraso deixa a situação muito pior.

As escolas, até hoje, ainda não receberam recursos da merenda escolar e estão paralisando as suas atividades por causa dessa deficiência. Os alunos não têm conseguido ficar nas escolas em função do não recebimento da merenda.

E o que tivemos? No dia seis de março, nós tivemos uma reunião com o Conselho da Merenda, onde se colocava a situação da mudança e o porquê do atraso. Hoje, nós entendemos o porquê desse atraso.

Mas, no dia 06 de março, quando tivemos reunião com o Conselho, onde estivemos presentes, foi nos informado que haveria uma mudança com relação ao repasse que anteriormente era feito mediante um termo de compromisso com a escola. O Diretor da escola assinava um termo de compromisso com a SEDUC e daí se repassava o recurso tão logo chegasse do Governo Federal. Neste ano, houve uma alteração. Não é mais por termo de compromisso, é por um convênio. E aí, foi-nos informado, nessa reunião do dia 06 de março, que essa alteração não

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

traria nenhum problema para a escola, em razão das escolas fazerem isso normalmente. Todos os anos, no início do ano, as escolas assinariam um convênio, e esse convênio seria adaptado para todos os demais. Então, não haveria nenhum problema com o atraso do repasse de recurso.

Hoje, nós estamos vendo que esse é o principal problema. São mais de seiscentas escolas no Estado e que cada uma tem que assinar um convênio e ainda tem que passar por correio para a escola assinar. Até quando a escola vai continuar aguardando esse repasse? Essa é a principal questão.

Nós temos informações de que a maioria das escolas estaduais não recebeu esse recurso, não recebeu também o recurso do transporte, e por esse motivo estão sem condições de funcionamento.

Nós temos um problema sério. Agora, as unidades executoras dos conselhos deliberativos, praticamente, estão como se fossem os empregadores. A escola hoje, está funcionando como se fosse uma empresa. Contratando pessoas e tendo que ter até um contador para que o Diretor da escola dê conta de fazer tudo que é preciso fazer para o Tribunal de Contas. Com assinatura de convênios e mais convênios que são exigidos. Todos tipos de ofícios, de encaminhamentos, de resultados e de contas em que, o Diretor, hoje, não dá mais conta nem de cuidar da questão pedagógica da escola. E sim, as questões relacionadas mais e fosse uma empresa, mais relacionada ao Tribunal de Contas e contabilidade.

Hoje, o maior problema da escola é com relação a esses repasses que não estão dando conta de atender realmente a escola.

As notícias que temos hoje, é de que nos municípios estão sendo paralisadas as aulas em função de não haver condições de funcionamento, seja pelo repasse bimestral, seja pela merenda escolar, seja pelo transporte. Há uma inviabilidade de se iniciar do ano letivo normal nas escolas hoje.

É essa a questão que nós queremos colocar para a SEDUC. Quando é que será resolvida toda essa questão dos repasses, se somente quarenta escolas receberam repasse bimestral até agora? Como é que ela funcionará, pelo menos, até o final desse semestre?

Com relação à merenda escolar, a informação que tivemos do conselho é de que haveria uma certa tranquilidade com relação a isso, que não haveria problema com o repasse em função de que a escola, normalmente, já assina convênios. Como era um convênio que facilitaria a vida da escola, logo, no início do ano, esse repasse já teria sido feito. Foi essa informação que nos trouxeram e que o FNDE depositou, como sempre fez, no mês de fevereiro. O recurso está na SEDUC. Nós estamos entendendo isso como uma retenção de recurso que é da escola, e que já deveria ter sido repassado.

A questão do convênio deveria ser feita em outra oportunidade. À medida que a escola fosse dando conta de resolver os seus problemas, isso seria assinado; mas não retendo um recurso que é fundamental, hoje, para que os alunos cheguem às escolas.

Era isso, Deputada Verinha Araújo.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agora, nós vamos saber dos membros da Comissão. O Deputado Sebastião Rezende tem alguma questão a colocar sobre isso?

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Nós gostaríamos de cumprimentar os Srs. Deputados presentes, o Dr. Afonso Dalberto, neste ato representando a SEDUC.

Nós gostaríamos de dizer que como membro da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, a nossa preocupação será, exatamente, em ouvir os reclames da nossa população, especificamente, do SINTEP que está aqui presente. Nós estaremos visitando as escolas estaduais, exatamente, para detectar todos esses problemas, essas necessidades. E, estaremos nesta Comissão, tratando dessas questões, para vermos esses problemas solucionados até com o intuito

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

também, de ajudarmos o Governo do Estado. Essa nossa preocupação, não é só de aqui criticarmos, mas de ajudarmos o Governo a resolver esses problemas. Existem alguns problemas que nós sabemos que, em alguns momentos, o Estado não toma conhecimento, e a Comissão estará, aqui, muito atenta, em todos os momentos para ver esses problemas solucionados. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Vamos passar a palavra aos companheiros do Auditório. Quem quiser fazer alguma pergunta que se posicione aqui com a Lia, nossa Assessora da Comissão.

Quem gostaria de usar a palavra?

A SR^a LIA - Sr^a Cida, Sr. Jonas e o Sr. Gilmar.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu vou pedir no máximo dois minutinhos para fazermos um *feedback* com a Comissão e com a Secretaria de Educação.

Com a palavra a Sr^a Cida.

A SR^a CIDA - Boa-tarde!

Primeiro, nós gostaríamos de parabenizar a nossa Vereadora, a nossa companheira e trazer mais algumas questões.

Na questão do transporte, além da falta do repasse, há outras situações que precisam ser verificadas.

Nós, do Conselho Estadual de Educação, fizemos uma audiência para tratar da resolução que trata da educação no campo. Fizemos um levantamento, porque nessa situação do transporte existe desde ônibus sem as mínimas condições de trafegar, bolinação de estudantes...

A situação do transporte escolar além da ausência, existe outras questões hoje, que precisam ser apuradas. Isso sem falar que ela serve como uma espécie de evasão de divisas em alguns municípios, em alguns locais. Ao invés de fazermos a discussão da política educacional, lá, nós preferimos fazer baldeação. Isso precisa ser resolvido.

Outra situação é com relação à merenda escolar. A educação especial, hoje, aqui na Capital, paralisa por falta de atendimento, principalmente, as escolas que têm atendimento integral. Na ausência da merenda, elas estão inviabilizadas de trabalhar e terem o seu funcionamento. Isso terá implicação no ano letivo, e é uma situação que precisa ser resolvida o mais urgente possível.

Nós, do Sindicato, temos posição declarada com relação a toda essa celeuma, tanto do transporte, quanto da alimentação. Não entendemos como necessária a exigência de um termo de convênio, porque convênio é para outra coisa.

A escola só tem que receber aquele recurso e administrá-lo. E se alguma escola está inadimplente, a Secretaria, como sua mantenedora, tem que agir. Não pode penalizar, principalmente, as que estão em ordem.

Nós queremos sair daqui com uma posição, e talvez essa que o Dr. Afonso Dalberto nos trouxe de que é demorado, que é burocrático, não nos sirva. Além do mais, tem aqui as outras escolas que nos dirão das implicações que é a história do pregão, e se isso vai melhorar o atendimento ou se isso causará mais demora no atendimento, que é direito do aluno. Nós estamos aqui tratando do direito. Nós queremos aqui, enquanto administração pública, viabilizar para que isso seja atendido. Mas o que é de direito tem que ser resolvido com urgência, porque já há, inclusive, uma ação no Ministério com relação a essas situações.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Professor Gilmar.

O SR. GILMAR - Boa-tarde!

Cumprimento a Mesa, o Deputado Carlão Nascimento, o Deputado Ságuas, o Deputado Sebastião Rezende e os demais membros.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Eu só queria colocar de imediato o meu estranhamento com relação a algumas falas. Primeira coisa é a confusão com os juros.

Sr. Afonso Dalberto, a conta para a merenda é conta específica, portanto, tem algum problema com relação à questão de Diretor entender que tem dinheiro de juro na sua conta, que é a questão da merenda. Essa é a primeira complicação.

Segundo: é com relação à prestação de contas. A questão das certidões. Não podemos, em hipótese alguma, reter recursos da merenda por causa da prestação de contas. Se existem escolas que estão inadimplentes com relação à prestação de contas, que elas sejam de fato enquadradas. O que não pode é o conjunto das escolas, no Estado de Mato Grosso, ser enquadrado por causa de algumas escolas. Nós sabemos não são todas as escolas que estão inadimplentes hoje, com a questão da prestação de contas. Esse é um problema que precisamos tratar com todo cuidado.

Outra questão colocada é o caminho da verba. Quer dizer, que caminho é esse? O que está acontecendo? A vinculação das verbas para educação que nós, arduamente, conquistamos na década de 90, nós vamos agora, joga-la na lata do lixo? Vamos voltar atrás novamente, e ficar aqui, ao invés de irmos a SEDUC? Vamos ter que buscar verbas de educação em outras Secretarias? Eu acho que essa é uma outra questão que nós precisamos colocar aqui.

Eu queria colocar que nós, em Várzea Grande, estamos mobilizados. As escolas estaduais de Várzea Grande estão mobilizadas.

Desde a semana passada nós nos reunimos, diretores, representantes dos conselhos deliberativos, pais de alunos, refletindo a questão da merenda. Nós protocolamos junto a SEDUC, junto ao Secretário, um documento exigindo algumas questões, a começar pela merenda. Nós não podemos ficar aí... A questão da merenda, hoje, é fundamental porque sabemos da importância dela na escola. Ela é a condição pela qual grande parte os nossos alunos se mantêm durante quatro horas alertas, atentos àquilo que se passa dentro da escola. Sem isso, há dificuldade para o aluno permanecer lá.

Nós queremos chamar atenção de Várzea Grande, primeiro, para a complementação da merenda que é necessária hoje, e que nós possamos trabalhar, também, essa questão do pregão com mais cuidado.

Sobre qual base nós estamos afirmando que há uma economia de vinte e cinco por cento dos recursos da merenda? Nós já tivemos notícias, em Várzea Grande, que em algumas escolas que receberam recursos, o arroz que chegou comprado pelas empresas que ganharam nos pregões é de péssima qualidade.

Como isso pode ser apurado? Nós temos que pensar. Porque nós não fazemos primeiro com um grupo de escolas, a experiência do pregão, para depois se estender a outras escolas?

Se a lei fosse tão boa, nós não poderíamos colocar, agora, uma coisa de cima para baixo sem antes consultar os diretores das escolas. É fundamental que estejamos atentos a isso.

Nós estamos preocupados com a questão dos repasses. Nós continuamos preocupados com a questão dos repasses, hoje, muito mais. A escola pode ser inviabilizada de funcionar pela questão dos contratos temporários dos trabalhadores, que até agora nem sinal de serem contratados e de sair os seus nomes no Diário Oficial. Isso significa que já para a folha de abril estão inviabilizados os pagamentos.

Nós queremos chamar a atenção aqui, Deputada Verinha Araújo, para essa situação que pode emperrar o funcionamento na escola.

Hoje, já não são poucas as escolas que fazem cotinhas de passes para o profissional interino ir para a escola dar aula. Nós temos que estar atentos a isso aí.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Nós temos que exigir de imediato, também, com relação ao pagamento dos trabalhadores interinos. Nós queremos que a Secretaria se comprometa aqui, a dar formação aos conselhos deliberativos das comunidades escolares de como prestar contas, porque nós sabemos qual foi o processo. O SINTEP, desde 96, apontou qual era o risco de registrarmos a unidade executora.

Hoje, nós estamos sentindo na pele o que significa isso, mas nem por isso, nós vamos abandonar as escolas.

A Secretaria tem que dar a formação necessária, tem que orientar, tem que esclarecer qual é o papel do Conselho Deliberativo e como ele deve agir.

É nesse sentido que nós estamos aqui exigindo que essas questões sejam resolvidas. O risco maior aqui é entender que nós queremos reinventar a roda, nós acharmos que estamos reinventando a roda.

Nós precisamos enfrentar as questões de frente, as questões que são praticas e que permitem as escolas funcionarem. É isso que interessa para a sociedade, porque queremos ver essas crianças assistindo aula.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, a Srª Helena.

Srª Lia, depois da Srª Helena, quem mais está inscrito?

A SRª LIA - O Sr. Jonas.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Depois, nós passaremos para a Secretaria de Educação.

Com a palavra, a Srª Helena.

A SRª HELENA - Boa-tarde, companheiros e companheiras.

Primeiro, eu queria fazer uma convocação para toda sociedade. Nós estamos na grande campanha do Programa Fome Zero, que é uma campanha nacional e que está envolvendo toda sociedade. Não é possível, Sr. Secretário, Sr. Vereador, Srs. Deputados, e a sociedade como um todo, vemos essa situação como voluntarismo. Não dá.

Eu acho que enquanto sociedade organizada, enquanto Estado, no caso aqui municípios e Estado, ou se assume de fato essa campanha para que possamos reduzir o número de milhões de brasileiros que não têm um prato de comida na mesa... Nós não vamos ficar esperando o voluntarismo das pessoas em emitir um cheque, para doar mil reais, quinhentos reais, para reduzir a fome no país. Para acabarmos com a fome nesse país, nós temos um mecanismo muito concreto que é a merenda escolar.

Hoje, a merenda escolar é distribuída no país inteiro. Nós temos Secretarias Estaduais, Secretarias Municipais que têm uma infra-estrutura capaz de encaminhar a merenda escolar. Nós temos estrutura para isso. É só verificar a estrutura da Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Municipal de Educação, dos cento e trinta e seis, cento e quarenta municípios capazes de darem uma infra-estrutura, de darem um encaminhamento para a merenda escolar. São milhões e milhões de alunos que poderão usufruir da merenda escolar, e para uma parcela da sociedade, praticamente, nós já estaríamos reduzindo a fome.

Eu acho que nos cabe aqui, enquanto Sindicato, enquanto Secretaria Estadual de Educação, tomarmos algumas medidas, Sr. Afonso Dalberto - que está falando em nome do Secretário -, medidas ágeis para que possamos assumir. E esta é uma convocação que o Sindicato faz nas suas diversas reivindicações, neste Estado, neste Município, neste País, no Governo passado e neste.

Agora, na Quarta Semana Habitacional de Educação, nós estaremos cobrando do Governo Federal a ampliação dos trezes centavos. Não é possível essa discussão, essa cobrança não pode ficar só com o Sindicato. É o Estado, são os municípios, os conselhos deliberativos, as

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

associações, pois esta é uma campanha nacional para que o Governo Federal amplie de treze por cento, para o máximo. Que nós possamos encaminhar para os municípios, Estados e aí nós, sim, uma parcela da sociedade estará comendo todos os dias.

Outra questão, Sr. Secretário, eu acho que esse encaminhamento terá que ser da sociedade organizada, da sociedade enquanto Estado, dos movimentos sociais, e com certeza, todos encamparão essa luta .

Outra questão é rompermos com a questão da burocracia, e deixarmos de punir os nossos alunos em função da morosidade burocrática. Hoje nós temos a informatização. A Secretaria Estadual de Educação, nesses últimos anos, conseguiu dar um passo na informatização. Hoje são ágeis essas questões, através de disquetes e *cds*. A questão da agilidade nos documentos não pode passar por burocracias que passam de mãos e mãos. Eu acho que precisamos canalizar isso, Sr. Afonso Dalberto, para que nossas escolas, nossos meninos e meninas não sejam punidos. E aí, sim, é uma tarefa da Secretaria a agilização de mecanismo na sua informatização, para que sejam mais ágeis e rápidos.

E outra coisa. Eu penso que a questão da merenda escolar precisa ter o encaminhamento mais localizado. Não dá para que o Estado, nessa grandiosidade geográfica, atenda a questão da merenda escolar. Eu acho que precisamos ter o encaminhamento município-estado para que isso seja dinamizado no município e nas suas diferentes regiões. Não dá para Cuiabá ter o mesmo tratamento de que São Félix do Araguaia, ou Jangada. Eu acho que nós temos que ter o encaminhando para isso, enquanto Estado e municípios, para que tenhamos uma administração e uma gestão que, de fato, atenda os municípios nas suas diversidades regionais e locais. Eu acho que podemos caminhar para essa gestão município-estado, para agilizar a merenda escolar, tendo em vista que a União é a grande responsável por essa questão de erradicação da fome dentro das nossas comunidades através da merenda escolar.

E para encerrar, nós solicitamos, Sr. Afonso, uma audiência com o Secretário de Educação para esta semana e foi cancelada. Eu quero aqui, publicamente, solicitar a audiência com o SINTEP, para a próxima semana, para discutirmos essas questões e outras pertinentes à política educacional deste Estado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Eu quero agradecer a Secretaria de Imprensa da Assembléia Legislativa que está, aqui, assessorando a nossa Comissão. Já estamos aqui com os relizes.

Quero também comunicar que o Deputado Zé Carlos do Pátio, que faz parte desta Comissão, não está presente, porque está dirigindo a Comissão de Segurança e a Comissão de Constituição e Justiça. E a Deputada Ana Carla Muniz que faz parte também, está em audiência com o Governador do Estado e com pessoas da região.

Nós vamos abrir a palavra ao Prefeito de Alto Araguaia, Maia Neto, para falar dessa questão do transporte da merenda.

Peço dois minutinhos para que possamos dinamizar as pessoas falarem e nós temos que fazer um *feedback* com os representantes da Secretaria de Educação.

O SR. MAIA NETO - Quero cumprimentar à Mesa, em nome da Deputada Verinha Araújo, simpatia que tanto abrilhantou a Assembléia Legislativa, não é Deputado J. Barreto?

Eu queria falar o seguinte: Eu sou Prefeito pela segunda vez no Município de Alto Araguaia, e este município tem cinco mil e oitocentos quilômetros quadrados, ou seja, tem quase seiscentos mil hectares de terras. Essa questão do transporte escolar, Deputado J. Barreto, eu acho que não é o Estado que tem que ver isso. O Estado está tentando socorrer os municípios.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Eu quero cumprimentar o Sr. Afonso Dalberto, porque ele tem realmente procurado atender todos os Prefeitos. Mas essa questão do transporte, eu acho que esta bancada estadual – é uma sugestão minha, até porque, no meu primeiro mandato ocorreu isso e continua ocorrendo e vai ocorrer sempre -, eu acho que temos é que fazer a nossa bancada federal. Temos que conscientizar o Governo Federal para agir o mais rápido possível na questão da discussão do transporte escolar. Porque é impossível... Eu, por exemplo, gasto hoje em Alto Araguaia sessenta mil reais por mês com transporte escolar, e o município arrecada quatrocentos mil por mês. É impossível manter...Olha que eu puxo hoje, dentro do meu município, quase cem por cento dos alunos, e desses alunos que eu puxo, a metade é do Estado.

A questão da merenda escolar, desde o meu primeiro mandato em 1992, que são treze centavos por aluno. Há dez anos que estamos com treze centavos por aluno. Isso é um absurdo também. Enquanto que nesses dez anos tivemos uma inflação de não sei quantos por cento e continuam treze centavos por aluno.

Em 1993, quando eu fui Prefeito eram treze centavos, e hoje continuam treze centavos. Eu gastei no ano passado cento e setenta mil reais, e recebi trinta mil do Governo Federal. Ou seja, eu tive que injetar cento e cinquenta mil reais com recurso próprio. Eu gostaria de pedir à bancada que fizesse um documento, um manifesto, Deputado J. Barreto, e encaminhasse para a bancada federal. Os Prefeitos, também, façam o mesmo, para que possamos tentar amenizar esse problema. O mais é cumprimentar todos os senhores. Muito obrigado pelo espaço.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Com a palavra, o Sr. Jonas.

O SR. JONAS – Boa-tarde a todos. Eu cumprimento à Mesa em nome da Deputada Verinha Araújo, que está começando o seu mandato, brilhantemente, e parabeniza-la por esta Audiência Pública.

Eu sou Professor Jonas, de Várzea Grande. Eu gostaria de começar minha fala usando a fala do Prefeito, “treze centavos”. É preocupante, Srª Maria Antônia, treze centavos há dez anos. É bom que se diga de passagem que desses, oito anos foram no Governo Fernando Henrique Cardoso.

E existem muitos Deputados, Prefeitos, do mesmo Partido que passaram oito anos e não falaram nada. E em poucos meses de mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passou um aumento para a educação infantil de seis centavos para treze centavos. É preocupante. Eu estou na assessoria do Deputado Federal Carlos Abicalil e é uma situação preocupante do Governo Federal. Nós temos o Projeto Fome Zero muito bem elencado pela Srª Helena, mas eu gostaria de usar o meu tempo que já foi contemplado à fala do Gilmar, da Cida, e dirigir aos meus deputados da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social desta Casa, Deputada Verinha Araújo, Deputado Sebastião Rezende e Deputado Carlão Nascimento.

Quero falar como morador do Grande Mapim. São treze centavos, mas que bem aplicados e sendo aplicados, verdadeiramente, os treze centavos são suficientes para que os alunos possam ter uma alimentação adequada. E quero dizer que falo... E precisa de complementação. Falo como ex-Presidente de um Conselho Deliberativo de uma comunidade escolar. Eu não estou falando como membro e não quero dizer que não precise, mas eu fui precipitado. Eu não quis dizer que não preciso, eu estou dizendo que não estão sendo usados esses treze centavos.

(NESTE MOMENTO, A PLATÉIA SE MANIFESTA)

O SR. JONAS - Eu só gostaria de ser respeitado.

Existem diretores que estão usando para outras finalidades. Isso é o que eu quero dizer. E acho que os Srs. Deputados, o povo, deveriam visitar essas escolas, principalmente, em Várzea Grande. É isso aí que eu gostaria de dizer. É uma situação delicada a dessas cento e cinquenta escolas que estão inadimplentes e que estão sendo apresentadas. É isto, na grande

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

verdade, que está acontecendo. Essa inadimplência não é a toa, não. É que as coisas estão sendo levadas nas coxas mesmo. Isso é grave. Isso é caso de polícia. Deveria ser montada uma CPI para tratar deste assunto, da merenda escolar. É gravíssimo isso.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Eu vou passar a palavra ao Deputado J. Barreto e só quero dizer o seguinte: que qualquer denúncia que tiver é só trazer à Comissão que nós vamos verificar. A denúncia tem que ser trazida com comprovação.

Com a palavra, o nobre Deputado J. Barreto.

O SR. J.BARRETO – Primeiramente, eu acho que foi feita aqui, Sr. Presidente, Deputado Sebastião Rezende, Deputado Carlão Nascimento, meu grande amigo, Sr. Afonso Dalberto; a assessoria, os amigos do SINTEP, eu acho que fora feito uma denúncia muito séria aqui, pelo assessor do Deputado Federal Carlos Abicalil e morador de Várzea Grande, em relação à cidade de Várzea Grande. Porque, realmente, diretor que tem coragem de desviar treze centavos da sagrada merenda escolar do aluno, merece ser preso.

Infelizmente, essa cadeia custará vinte e seis reais por dia, porque um presidiário gasta vinte e seis reais por dia, para a sociedade brasileira, e o aluno só treze centavos. Nós não sabemos se é melhor o professor ficar lá na escola, esse que está roubando da criança, ou ir para o presídio dar mais prejuízo para a Nação. É verdade! O cálculo é esse.

Eu quero dizer o seguinte: a Assembléia Legislativa mandou um requerimento ao Ministro de Educação, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, o qual já mandou a resposta dizendo que já está estudando e que realmente o Governo atual, do Presidente Lula, concorda que são uma miséria os treze centavos por aluno, na resposta dada à Assembléia Legislativa. Esta Casa já tomou esta posição e com certeza, nós vamos tomar novas posições em favor da educação, da melhoria da merenda escolar e do transporte escolar.

Eu, enquanto Deputado Estadual da minha cidade, e aqui eu posso até pedir que o SINTEP seja prova, eu vou sempre às escolas estaduais. Realmente, há uma choradeira gritante dos diretores de que treze centavos não são suficientes, porque um pãozinho custa quinze centavos. Não dá professora, com toda a sinceridade.

Eu gostaria de poder encaminhar aqui... Eu faço um pedido à Presidente da Comissão, que fomos felizes – e aqui eu quero elogiar o Deputado Carlão Nascimento que fez campanha para que a Deputada Verinha Araújo fosse Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social -, e nós temos que colocar com clareza que esta Comissão tem uma força incrível, muito grande.

Quero dizer ao SINTEP que eu acho que esta Comissão fará um grande trabalho, não só agora, mas quando das negociações salariais da questão da Presidência da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, que é muito forte. Eu gostaria que nós pudséssemos encaminhar, Deputada Verinha Araújo, para o Governo Federal, para que no próximo ano – eu sei que o Sr. Presidente Lula tomou posse, temos que dar tempo, eu acho que um ano será tempo suficiente para desburocratizar a vinda da merenda escolar -, quando for em janeiro, já esteja com a SEDUC e que os Prefeitos na rede municipal, e também o Estado, possam entrar de contrapartida na questão da merenda escolar.

Aqui o está o Prefeito Maia Neto que está... Eu acho que é o primeiro município brasileiro... E nós fomos à cidade de Alto Araguaia quando ele entregou o Cartão Cidadão no valor de cinquenta reais para cada família humilde. Eu prefiro dizer humilde que pobre. Ele completou com o Programa Feijão no Fogo, de autoria da prefeitura, contribuindo com o Governo Federal nessa grande campanha que não é campanha política. A campanha do Presidente, é a campanha do povo para que não haja fome.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Eu quero deixar registrado, com clareza, e eu acho que é a primeira prefeitura de Mato Grosso a criar um programa dele, do próprio município, Programa Feijão no Fogo, para que a prefeitura possa participar diretamente. Eu acho que o nome poderia ser: feijão, macarrão, carne, mas ele deve estar tendo as suas choradeiras.

Eu vim mais, aqui, Deputada Verinha Araújo para cumprimentar, porque eu, mesmo não participando desta Comissão como não participei dos dois anos últimos passados, eu fui um Deputado muito presente na Comissão de Educação desta Casa.

Eu quero cumprimentar o SINTEP. Vejo que haverá uma sintonia muito forte entre o SINTEP e a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social da Assembléia Legislativa. Isso é importante, porque a coisa é política mesmo e nós vamos fazer encaminhamentos que vão render frutos, tanto para a área de educação, como também para contribuir com o Governo do Estado e Governo Federal. Meus cumprimentos. Parabéns!

Tomara, Sr. Afonso Dalberto, que realmente o senhor seja feliz nessa questão do transporte escolar. Nós andamos lá em São José do Povo, Rondonópolis, Alto Araguaia, Alto Taquari e todos os prefeitos, realmente, querem que se repitam ou dêem um aumentozinho para o transporte escolar. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Deputado J. Barreto, é um prazer tê-lo conosco, com a sua contribuição. Queremos que os recursos cheguem o mais rápido, é essa a intenção da reunião de hoje.

Sobre a questão da merenda, eu participei, Prefeito Maia Neto, na semana retrasada, da Marcha dos Prefeitos do Brasil. Lá, nós acompanhamos com mil e novecentos prefeitos, onze ministros e nós tivemos, praticamente, duas horas só com o Ministro da Educação.

E lá, vários prefeitos... Havia fila no microfone com prefeitos colocando a questão do transporte escolar, porque o senhor sabe: há duas legislações no Congresso aguardando. Nós estamos aguardando serem votadas para definir isso que é relativo ao salário da educação, para os repasses serem feitos diretamente aos municípios, não passar mais pelo Estado, e o transporte escolar é uma contrapartida do Governo do Estado em relação ao Município.

Nessa questão da merenda, o Ministro reconheceu em público que treze centavos são uma miséria. Ele disse que não concorda e que vai fazer de tudo para mudar isso. E o que é que ficou definido lá, com os prefeitos? Os prefeitos vão integrar um grupo dentro do Ministério da Educação, com duas ou três representações dos prefeitos, para fazerem essa discussão das finanças relativa ao Ministério da Educação, Sr. Deputado Carlão Nascimento, Sr. Afonso Dalberto?

Os prefeitos vão entrar, para quê? Para contribuir. Eles que estão no dia-a-dia vivendo essa questão do transporte, da merenda, e ver a melhor proposta a ser assumida pelo Ministério da Educação. Então, eu quero deixar este informe aqui.

Outra questão do Programa Fome Zero, a companheira Helena levantou aqui. Eu também quero passar uma outra informação de que as prefeituras que assumirem no seu município o Programa Fome Zero, na verdade, elas serão contempladas em vários programas do Ministério da Educação, ou seja, o Programa Fome Zero é um Programa como se diz, guarda-chuva. Nós usamos muito esse termo. É aquele Programa que vai abrir as portas para outros. No caso da saúde, o município que já tiver com o Programa Fome Zero receberá um real a mais por habitante com relação a remédio, por exemplo. Essa já é uma definição do Ministério da Saúde.

Com relação ao Ministério da Educação. O município que tiver integrando o Programa Fome Zero haverá incremento no seu recurso com relação à merenda escolar. Então, o que é que nós temos que fazer? Nós temos que fazer com que os municípios, todos os cento e trinta e nove, assumam o Programa Fome Zero para que tenham mais recursos para outros programas. É

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

uma forma, inclusive, de fazermos com que a prefeitura dê a sua contrapartida. O Prefeito de Alto Araguaia, já deverá reivindicar esses dois programas para que o município seja contemplado... (NESTE MOMENTO, O PREFEITO DE ALTO ARAGUAIA FALA – INAUDÍVEL).

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Não tem problema. Qualquer Programa que o senhor institua no Município ligado a questão do Programa Fome Zero... Depois eu posso passar todos os contatos. Eu tenho no gabinete o material, e senhor já passa a reivindicar isso do Ministério.

Com a palavra, o nobre Deputado Carlão Nascimento.

O SR. CARLÃO NASCIMENTO – Deputada Verinha Araújo, Presidente desta Comissão; Maria Antônia, nossa Presidente do SINTEP; Secretária de Assuntos Educacionais do SINTEP; Deputado Sebastião Resende; Dr. Afonso Dalberto, Diretor Executivo do Fundo Estadual de Educação; nosso amigo Arnaldo Paula da Silva, Coordenador da Superintendência da Alimentação Escolar; nossos colegas professores; diretores, vejo os diretores de Várzea Grande em peso.

Eu vou falar muito pouco, até porque, aqui, as explicações terão que ser dadas pelos Srs. Afonso Dalberto e Arnaldo Paula da Silva. Mas, eu queria levantar primeiro a questão do transporte escolar. Essa é uma questão, que eu vejo e tive a oportunidade de discuti-la com vários Secretários do Brasil, que não há uma solução para o transporte se não vier mais recursos para educação. E aí é mais recurso do Estado, do município e também da União.

Nós não vamos resolver nada do que estamos discutindo aqui, sem buscar mais recursos. Então, aí que eu vejo que o que temos que fazer é a união de esforços da categoria como um todo, para que possamos trazer mais recursos para a educação. Essa é uma luta antiga de todos aqueles que militam na educação.

Com relação ao salário-educação, que é uma contribuição que as empresas pagam em função da folha de pagamento de seus empregados, para os senhores terem uma idéia o valor arrecadado no ano passado, no Brasil, foi em torno de três bilhões. Desse volume deve ter vindo para o Estado em torno de doze, quatorze milhões, no ano passado. Esse é o dinheiro que tem, não para transporte escolar. O salário-educação tem um outro objetivo, ele financia projetos e programas no ensino fundamental e não é só transporte escolar. Não adianta pensarmos: ah! O salário-educação é para investir no transporte. Ele pode ser gasto no transporte.

E foi em cima disso... Porque os prefeitos vinham para cima de nós e diziam: “O que estou recebendo para transportar é muito pouco.” E ele estava recebendo salário-educação, que foi uma Lei também que nós fizemos aqui, enquanto Deputado, e foi aí que nós fizemos essa mudança na questão do transporte. Porque da forma que estava a Lei, que foi também um projeto nosso, ele beneficiava as cidades que tinham o maior número de alunos. E como era a distribuição? Cinquenta por cento vai para o Estado, cinquenta por cento vai para o município, em função do número de alunos que era feito pelo censo do MEC.

Veja o senhor, uma cidade como Cuiabá que tem muito pouco transporte ou quase que nenhum transporte rural para trazer o aluno para a cidade para estudar, e que recebia um volume alto de recurso, enquanto que um município do interior do Estado não recebia, praticamente, nada. Foi em cima disso que foi feita essa Lei, que foi feita a adequação da Lei, porque a Lei já existia e que nós conseguimos melhorar um pouco. Os prefeitos estão satisfeitos, porém tudo isso só serve para o ensino fundamental.

É bom que se diga que o salário-educação vai financiar projetos e programas do ensino fundamental. Nós temos o ensino médio que é a função primordial do Estado. É o Estado que tem a responsabilidade de transportar, de manter todo o ensino médio, e aí os prefeitos vêm mais uma vez em cima de nós. Querem mais recurso para fazer o transporte.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Em cima disso é que foram feitos alguns convênios. O Secretário informou aqui, que do total dos convênios quase um milhão não foram cumpridos, um milhão e setecentos não foram cumpridos no ano passado. Este ano os convênios são menores, porque ele já tem essa parte do salário-educação, quer dizer, não adianta ficarmos preso naquilo que o prefeito está pedindo. O prefeito vai pedir sempre lá em cima, aí cabe a nós negociarmos. O que nós temos que garantir, é o transporte para os nossos alunos de uma forma rápida, porque há municípios que não estão tendo transporte. É preciso que nós façamos esse transporte.

O senhor resolve isso, Sr. Afonso Dalberto?

O SR. AFONSO DALBERTO– Com esse convênio, realmente...

O SR.CARLÃO NASCIMENTO – Precisa só agilizar esse convênio para que possamos ter esse transporte.

Outra coisa que o Sr. Afonso Dalberto colocou aqui, eu já quero de pronto elogiar a postura, é que aumentaram os repasses para as escolas. Embora isso não seja privilégio de nenhum Governo, eu digo que foi muito mais uma conquista e o SINTEP trabalhou muito nesse sentido. Nós temos que dizer claramente quando nós estabelecemos aqui, a LOPEB. Aqui está claro, de que nós temos uma Legislação. Nós temos uma gestão que é, realmente, democrática. O recurso tem que ir para a escola e essa foi uma política adotada pelo ex-governador, também. Nós passamos os recursos para a escola.

O Sr. Afonso Dalberto está dizendo-me aqui - nós trabalhávamos com dois milhões e pouquinho, e quatro repasses dando em torno de oito milhões-, que passará cinco repasses de dois milhões e pouco. Se for isso, irá para mais de dez milhões. Então, aumentou os repasses bimestrais, segundo palavras do Sr. Afonso Dalberto.

Uma outra coisa que ele colocou aqui, também, é que fora esse, está sendo feito um outro repasse de um milhão e duzentos/ano para as escolas. Também é importante isso, nós temos que... Essa é a prática que nós temos que adotar daqui para frente. É por isso que ficou, mais ou menos, garantido em Lei. O conselho é o órgão executivo dentro da escola. E essa história de haver escola inadimplente, que tem diretor que pega, eu não acredito muito nisso. Isso cabe muito a quem está gerindo a Secretaria. Eu exonerei vários diretores.

Se há diretor na Várzea Grande que está cometendo isso, eu não acredito. Vem uma denúncia e é preciso que ela venha por escrito para que nós possamos apurar, porque a Secretaria não vai permitir um negócio desses, nem neste Governo, nem em outros Governos, ninguém permite um negócio desses. Eu fui Secretário por dois anos e demiti uns quarenta diretores por má gestão do dinheiro público. Eu acho que essas coisas...

Quanto à questão da legalidade, nós não podemos fugir. Eu tive que contratar, agora, um advogado só para responder a processo que está no Tribunal de Contas. Quando eu olho o dinheiro que eu mandei para escola não sei de onde; “ah! Não prestou contas corretamente. Não tinha certidão no dia. Mandou dinheiro não sei para onde”. Quer dizer, essas coisas, o gestor tem que cuidar.

A prestação de contas é importantíssima. Não adianta acharmos que não vamos prestar contas e que vamos botar o dinheiro lá na escola. O dinheiro não é do Sr.Afonso Dalberto, não é do Sr.Gabriel Novis Neves, não é do Sr.Carlos Klaus, não é do Sr.Arnaldo Paula da Silva, esse dinheiro é público, tem que ser colocado dessa forma. E eu acho que nós precisamos resolver.

O Sr.Afonso Dalberto colocou aqui que a maioria das cento e cinquenta escolas está inadimplente. Pelo que eu entendi, então, as outras estão adimplentes. Se o dinheiro chegou em fevereiro, na SEDUC, ele já deveria estar na escola, porque a SEDUC é um mero repassador de recursos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Esse negócio teria que sair de Brasília direto para as escolas. Direto, direto, para as escolas, quer dizer, não precisa ficar passando. A SEDUC só segura o dinheiro, e cria uma burocracia a mais. A prestação de contas era tão importante, eu era Secretário e quase ficamos sem merenda por um ano, porque as escolas não tinham prestado contas. Se não prestar conta para a Secretaria, a Secretaria não tem como prestar conta para o Governo Federal e de lá não vem o recurso, realmente.

Portanto, eu vejo... Eu queria dar essas contribuições. Nós fizemos essas duas legislações para salário-educação e também, para merenda escolar. E eu espero que essa questão do pregão a qual a diretora acabou de colocar-me ali... Eu sou meio defensor do pregão, mas na área da merenda, senti medo quando ela colocou ali. Ela está lá com um problema sério. Ela vai comprar tempero de uma empresa, e tem que passar o dia todo no telefone atrás dessa empresa. Ela vai comprar arroz de uma outra empresa, e não sei mais o quê, de outras empresas. Acho que vale a pena ter uma discussão, embora seja defensor do pregão.

Agora, nessa questão da merenda escolar, nós devemos estudar melhor para ver se, realmente, vai funcionar. O importante é funcionar. É Garantir que a alimentação seja de qualidade pelo menor custo possível. Está todo mundo dizendo aqui, que o dinheiro é pouco e foi o Sr. Jonas até que falou que o dinheiro dá. Realmente, é complicado. Não dá muito, não, mas os diretores têm feito milagre. Eu digo isso de quem andou em quatrocentas e cinquenta escolas do Estado de Mato Grosso. Eu percorri quatrocentas e cinquenta escolas em dois anos, e todas as vezes que ia às escolas, eu almoçava, na maioria delas, e via o esforço que o diretor fazia para ter merenda de qualidade naquela escola.

Portanto, eu vejo que o que nós temos que fazer aqui, não é nem acusar. Se tiver alguém para ser acusado, é só listar e nós vamos na Secretaria e dizemos que é obrigado apurar, apura-se e pune-se o responsável. O que nós temos que fazer aqui é a união, união em torno de todas essas questões que envolvem a educação. Daqui a alguns dias, mês de outubro, nós vamos sentar de novo com o Governo, para repor o INPC de outubro do ano passado até outubro deste ano. Ele já está dizendo, aí eu me lembrei de quando era Secretário, que oitenta e sete por cento dos recursos deste ano estão comprometidos com a folha. Então, é mais uma luta.

Eu tenho mais uma proposta que vamos trazer para a nossa Presidente, que é para nós discutirmos a questão dessa Comissão, e aí convocar toda a sociedade, para discutirmos as questões dos recursos da educação. Essa nós temos que fazer uma pauta específica, discutir, ver de que forma poderá ser colocado mais recurso para educação, porque nenhum Secretário de Fazenda gosta de nós. Primeiro, porque eles querem mandar no dinheiro do Estado, eles querem ser donos do dinheiro. Então, quando se tira vinte e cinco por cento para educação, tira lá quase doze por cento para a saúde, faz o repasse dos poderes, eles acham que estão perdendo poder nessa descentralização.

Portanto, é importante que nos unamos. Eu acho que os colegas da Secretaria Estadual da Educação podem esperar de nós, como Deputado de Oposição, porque eu vou poder colaborar muito mais neste trabalho, do que fazendo críticas. Eu acho que quando tiver que fazer uma crítica, ela é pontual, inclusive, nós fizemos esses dias. Porque ele pegou um diretor que era interino numa escola, exonerou esse diretor, e colocou um cabo eleitoral de fora que não é da escola e o colocou na escola, para ser diretor. Quer dizer, essas coisas não podem acontecer! Eu acho que o Dr. Gabriel Novis Neves nem sabia disso, mas aconteceu isso.

Eu acho que a discussão na escola está garantida em lei, também. É claro que tem várias e várias escolas, e são inúmeras as escolas, onde o professor efetivo não se sente estimulado a ser diretor dessa escola e aí joga para o interino. E o interino tem que pegar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Eu gostaria de ficar por aqui e me colocar à disposição de todos os senhores. Muito obrigado.

O SR. AFONSO DALBERTO – Nós estamos pedindo licença para a Deputada, para fazermos uma pequena colocação. Depois as outras pessoas falarão e nós voltaremos a falar.

Essas colocações, do Deputado Carlão Nascimento, são em cima daquilo que é a grande realidade. Quem responde lá perante o Tribunal de Contas, são os gestores. E quem acha que não vai responder, responde mais pesado ainda.

Na administração pública, o gestor público não pode e não deve pensar que tem poder. Ele tem dever e não poder. Ele tem dever. Ele tem que cumprir. Ele fica engessado dentro daquilo que é a legalidade. E nem adianta sonharmos que nós temos poder, nós temos o dever de cumprir a legalidade, nada mais que isso.

Todo mundo sofre, todos os gestores sofrem com essa situação, com essas contrariedades, porque alguém acaba sofrendo as mesmas situações, que têm que ser repassadas para alguém. O poder público, o dever do gestor não é poder e, sim, dever de cumprir a Lei.

Deputada, a senhora me dê licença, porque vou atender a imprensa e já volto.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Solicito a presença do Sr. Rogério, da Professora Adelaide, depois a Srª Maria Antônia e aí passaremos para a Secretaria de Educação.

O SR. ROGÉRIO – Boa-tarde meus queridos que estão aqui no Auditório, em nome da Mesa eu cumprimento a Deputada Verinha Araújo.

A única pessoa interessada às críticas mal colocadas, talvez, foi o colega professor Jonas. Hoje, por exemplo, a escola pública com mil e cinquenta e três alunos gasta, diariamente, cento e trinta e oito. Um custo de cento e trinta e oito para oferecer merenda escolar. E se fizer o cálculo correto, um aluno ganha quatro centavos. Pode-se valorizar a moeda que não é treze centavos. Treze centavos em real, em 1994, que valia um dólar. Pela desvalorização hoje, da moeda, custam quatro centavos. Então, a pessoa, o colega, o profissional, nunca deve desvalorizar o outro colega que está lá na ponta trabalhando.

Uma criança, hoje, ganha quatro centavos por merenda escolar. Dentro de Várzea Grande temos trinta e uma escolas, hoje, aptas para receber a merenda escolar. Inclusive, o repasse da merenda escolar de Várzea Grande já está na conta desde ontem. Eu já recebi, a escola, o repasse bimestral no dia vinte e sete, quinta-feira. Realmente, tem algumas escolas inadimplentes.

Concordo com a palavra e a colocação do professor Jonas, mas que seja denunciada por escrito. Aquele gestor, aquele diretor que usar de má fé, tem que ser, realmente, colocado em situação constrangedora. Mas, não aceito chegue aqui numa plenária e acuse. Aqui tem diretores de Cuiabá e Várzea Grande e não admito que julgue todos por um. Está bom? Nosso momento em Várzea Grande foi o seguinte: se reunir, ajudar, o nosso amigo Presidente Vilmar e colaborar. Vamos trabalhar juntos. O meu objetivo não é política. A minha política chama-se educacional. Então, enquanto estiver na direção de uma escola e meus colegas aqui, de Várzea Grande também, a nossa política chama-se educação. E aqueles colegas que, realmente, não estiverem cumprido com suas obrigações, o colegiado de diretores, em Várzea Grande, os chamará e lhes cobrará responsabilidade.

Senhores, quem estiver em dias os seus repasses já estão na conta e eu peço a colaboração dos senhores de Várzea Grande, do SINTEP, de Cuiabá, de onde for, me ajudem. Sozinho é uma coisa, com mais outra cabeça pensaremos melhor.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Com a palavra a professora Adelaide.

A SRª ADELAIDE – Boa-tarde a todos e a todas, principalmente, a Deputada Verinha Araújo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Como praticamente já fui contemplada na fala do colega Rogério, quero aqui repudiar a colocação do nobre colega, até porque, me admiro dessa sua colocação por ele trabalhar com o Deputado Carlos Abicalil. Por nós conhecermos a postura do Carlos Abicalil. Desculpe-me se eu fui muito infeliz na sua colocação.

Quero dizer também para a Secretaria de Educação confirmar, ratificar, o nosso pedido de curso para prestação de contas para gestor, e isso é de extrema necessidade. Nós da Educação não fizemos contabilidade para prestar contas corretamente, eu estou aprendendo, Secretário, estou na escola aprendendo a prestar contas. Eu aprendi no banco que eu estudei, a ensinar crianças lerem e escreverem. Não fui ensinada a prestar contas, trabalhar com gestão e administração de número público. Nós precisamos que a Secretaria providencie, urgentemente, esse treinamento de gestor público para o diretor, o secretário e o conselho deliberativo das escolas.

Quero aqui colocar sobre o pregão, que nós queremos uma posição referente ao pregão, como o Deputado Carlão Nascimento já colocou, só para lembrá-los.

Boa-tarde a todos. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Com a palavra a Srª Maria Antônia.

A SRª MARIA ANTÔNIA – Com relação às denúncias, de fato, nunca chegou ao Conselho Estadual da Alimentação escolar uma denúncia formal das escolas com relação a qualquer problema relacionado aos recursos.

Se ainda não tivemos uma denúncia formal do Conselho, não podemos atuar. Se há alguma irregularidade nas escolas convém que a comunidade faça denúncia formal ao Conselho Estadual da alimentação escolar, que têm esse papel de fiscalizar. Para nós ainda não chegou. Se há problemas, nós vamos atuar para resolvê-los.

Com relação ao recurso de treze centavos per capita, nós tivemos como em todos os anos quando nós, do Conselho, aprovamos a prestação de contas anual que vai para o FNDE. Todos os anos nós colocamos que esse recurso é muito pouco, para dar conta de uma alimentação como a Lei pede e aí nunca tivemos - quando o Presidente FHC tinha autoridade de fazer alguma coisa, nunca fez, nunca resolveu, nunca trouxe qualquer resposta para nós do Conselho-, nunca chegou do FNDE, enquanto era FHC, nunca chegou para nós uma resposta sobre essa questão.

Agora, neste ano, quando fizemos novamente a prestação de contas anual para o Governo Lula não chegou a resposta. A resposta que recebemos e foi analisada na reunião do dia seis de março, a resposta é de que para este ano não é possível alterar esse valor. Mas já que alterou para a educação infantil, o ensino infantil que era de seis centavos passou para treze centavos. Essa era...

(NESTE MOMENTO, UM PARTICIPANTE FALA COM A ORADORA – INAUDÍVEL)

A SRª MARIA ANTÔNIA – Não, ainda não temos.

Esta foi a única possibilidade que eles viram, deslumbraram para este ano. Informaram que isso está em estudo para alteração para o ano que vem. Para este ano era impossível alterar para além dos treze centavos.

Essa resposta veio formalmente para o Conselho, e nós temos cópia dela no Conselho da Alimentação Escolar. Enquanto que no Governo FHC nunca tivemos resposta sobre essa nossa solicitação, reivindicação, de todos os anos.

Com relação ao Governo Estadual, ele poderá complementar se nós fizermos aqui reivindicações constantes. O Governo Estadual poderá muito bem complementar esse valor, pois se no Governo Federal são treze centavos per capita, o Governo Estadual poderá estudar a viabilização de alterar um pouco mais esse valor.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Com relação a esse atraso nos repasses de recursos, não foi por inadimplência de nenhuma escola que esse recurso ainda não chegou, pelo menos na sua totalidade, e se chegou em Várzea Grande, na maioria dos municípios do Estado esse recurso ainda não chegou. E não é por inadimplência na prestação de contas, porque nós tivemos a informação do Conselho de que apenas três municípios estavam com problemas de prestação de contas. A maioria já havia feito, e estavam em dia com a prestação de contas da alimentação escolar.

Com relação ao repasse bimestral, foi uma luta nossa, da categoria, do sindicato no Governo Dante. Nós tivemos greves e quando fizemos nossas greves com relação aos nossos salários, nem sempre a fizemos somente por salários. Nós fizemos greve para assegurar o direito do aluno com relação à qualidade do ensino e ao repasse bimestral para a manutenção da escola. Era uma reivindicação constante nas nossas pautas. E aí, o Governo Dante fez um compromisso conosco de que haveria esse repasse sendo feito bimestralmente, esse compromisso saiu num documento oficial.

Agora, até em 1998, esses recursos bimestrais não chegaram de forma regular nas escolas, eles estavam sempre sendo feitos com três, quatro, cinco meses de atraso. Eram dois repasses por ano. Era um repasse por ano e o SINTEP sempre cobrando, seja nas mesas de negociação, seja quando fazíamos greve. Estava sempre constando na nossa pauta, o repasse bimestral para a manutenção da escola. E isso não era feito de forma regular. O Governo Dante estava sempre atrasado com isso e reivindicávamos sempre que fazíamos nossas manifestações. Até que nós conseguimos trazer para a Lei, que saiu em 1998, com relação ao repasse bimestral.

Então, quando passou a ser legal, na Lei, já passaram a fazer a coisa de forma mais constante, de forma mais regular. Nem sempre foi assim e a nossa reivindicação era de que fosse. O que nós precisamos aqui, é de que o SEDUC faça o compromisso para que os repasses sejam liberados, imediatamente, para que a escola possa funcionar com relação à merenda escolar, principalmente, e ao transporte. Isso precisa ser feito de imediato.

Que isso seja desburocratizado, porque para nós, do Conselho, nunca chegou de que haveria problemas. E essa alteração não está constando, inclusive, na Lei que saiu em dezembro. Na Lei não fala que para que a escola receba o recurso da alimentação, precisa apresentar certidões do INSS, FGTS e do Tribunal de Contas. Aqui, na Lei, não está escrito isso, ela fala que será repassado para os Conselhos, mas não fala de que forma. Agora, se isso veio, neste ano, e antes era feito pelo termo de compromisso, então, que se faça o termo de compromisso, mais que se agilize logo essa questão. Tem que haver uma forma de agilizar e que não se passe para o mês de abril, enquanto o recurso já está aí, desde fevereiro.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Já estão concluídas as inscrições e nós passaremos para o fechamento. Há duas pessoas que estão pedindo a palavra, a professora Rosires e o Sr. Jonas para se retratar.

Eu vou conceder a palavra, por um minutinho, para cada um.

A SRª ROSIRES – Os senhores estão fazendo muitas denúncias, e eu também quero denunciar.

No ano passado, o quarto repasse da minha merenda não saiu, porque esqueceram o nome da minha escola. Sabem quando saiu o quarto repasse? Foi este ano, nesta sexta-feira.

Nós somos denunciados por muitas coisas e os senhores não estão sabendo que o repasse da minha merenda não havia saído. O fornecedor esperou até sexta-feira passada para receber o quarto repasse.

Tem uma pergunta que eu quero fazer. A merenda virá para alunos do ano passado ou deste ano?

(NESTE MOMENTO, UM PARTICIPANTE RESPONDE À ORADORA – INAUDÍVEL)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

A SRª ROSIRES – Do ano passado. Eu tenho quatrocentos alunos a mais, este ano, na minha escola, se treze centavos é uma miséria, imagine com mais quatrocentos alunos.

O SR. JONAS – Bom, eu não deveria responder, mas como fui citado tenho que me justificar.

Eu não fiz acusação ao Sr.Rogério, ao Diretor. Eu não direcionei. Eu disse que treze centavos... Talvez eu tenha desorientado a minha fala. Eu direcionei à Deputada Verinha Araújo, ao Deputado Carlão Nascimento e ao Deputado Sebastião Rezende, que fiscalizassem como Deputados, que é função deles de fiscalizarem esses treze centavos. Eu também acho que é pouco, mas que tem que haver a complementação do Estado. Não são treze centavos. Tem que haver a complementação do Estado. Treze centavos são do Governo Federal. E, que os senhores fiscalizem nas unidades escolares se isso está sendo aplicado. Eu não direcionei nome de diretor.

Eu solicitei aos Parlamentares que fiscalizassem isso. Só isso.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Está certo.

Respondendo, Sr. Jonas, para isso existem os conselhos nas unidades escolares. Nosso papel de Deputado Estadual é aqui e se houver denúncia nós solicitaremos as providências.

Eu quero passar para os membros que aqui representam a Secretaria Estadual de Educação, algumas questões que eu gostaria que fossem respondidas.

Primeiro o compromisso de agendar, esta semana, com o SINTEP. Já com o senhor, como representante do Secretário, e está aqui presente, nós, enquanto Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, estamos fazendo esse pleito para que o Secretário receba o sindicato esta semana.

A outra questão é a seguinte: o valor para o transporte. O senhor disse seis milhões e meio ou oito milhões? Por que o senhor citou os dois valores e eu gostaria que se explicitasse.

Merenda. Gostaria que o senhor deixasse claro qual será a sistemática para resolver o problema, porque estão questionando sobre o pregão que burocratizou, não está respondendo a demanda hoje. O que vai fazer diante disso? Nós precisamos sair daqui com alguma definição.

A outra é a questão é da conta única. Eu gostaria de saber do senhor, pois nós fizemos um requerimento aqui na Assembléia Legislativa, porque recebemos uma informação de que a Secretaria de Fazenda estava concentrando todo recurso numa conta única, os da educação, da saúde, e que não pode. Constitucionalmente não pode. Fiz esse requerimento ao Governo do Estado e não recebi a resposta ainda, mas gostaria de saber qual é o procedimento que está sendo adotado e se continua a questão da conta única. Quanto que significou esse repasse de seis centavos para treze na educação infantil? Qual foi o acréscimo que o Estado recebeu diante dessa temática do Governo Federal? Isso ampliou de quanto para quanto? O senhor já tem esse valor?
(NESTE MOMENTO, UM PARTICIPANTE RESPONDE À PRESIDENTE – INAUDÍVEL)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Não. Nada não. Deve ter-se ampliado alguma coisa. Quanto foi? Por que nós temos crianças na educação infantil no Estado. Quantas são e o que significou? O senhor já tem esse cálculo?

O SR. AFONSO DALBERTO - Eu não tenho. A Assembléia pode investigar, buscar. Eu, como gestor, estarei... Se alguém chegar para mim e falar: “Olha, fulano, ‘pa-pa-pá, pa-pa-pá!’”. Qual é a prova? O senhor é testemunha disso? Não, eu estou com medo. Essa é uma posição que nós temos que ter muito claro. Até hoje, eu já tive contato em torno de, sem exagerar, uns duzentos e oitenta diretores de escola. Entre presidente de conselhos, diretores, é uma coisa assim astronômica, porque o meu horário na Secretaria de Educação é das sete horas da manhã às sete horas da noite. Saio às sete horas da noite e vou para a faculdade, e chego em casa meia-noite.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Realmente, o meu período de despacho é das sete horas da manhã às sete horas da noite, para eu limpar a minha mesa e depois fazer o meu trabalho. E eu tenho quatro palavras na minha vida, que são como minha base de trabalho. São elas: Não, Sim, Desculpa e Muito Obrigado. Não sei falar que vou tentar resolver ou vou ver se posso, quando eu sei que é mentira. E não sei dizer não, para ficar fazendo de conta que vou resolver, lá na frente. Para ficar como se eu fosse o bonzinho ou aquele que resolveu o problema de alguém quando podia ter resolvido naquele momento que estava comigo. Essa é uma posição de trabalho que eu tenho.

Já aconteceu um caso, o professor está aqui e eu vou falar, porque ele está presente. Não tenho nenhum resquício de problema, de mágoa, de tristeza, de constrangimento de falar. É o Prof. Clóvis. Discutimos um assunto para reformar um prédio lá em Várzea Grande, onde ele é diretor e eu falei: Aqui não pode fazer, porque esse prédio é da EMPAER. Nós não vamos desmanchar parte do prédio da EMPAER para a Educação. Nós não podemos fazer porque legalmente, nós não podemos. Eu coloquei isso claramente para ele no momento que nós discutimos esse assunto, a escola é muito bonita, é um lugar muito bom, é um lugar necessário, mas é uma realidade. Não adianta, eu dizer que vou tentar, lá na frente, resolver um problema que eu sei que não é possível. Nós temos que construir uma escola lá naquela região de Várzea Grande para resolver o problema.

Prof. Clóvis, eu só estou citando isso, porque é a minha clareza, é a minha maneira de ser, é a minha maneira de trabalhar. Eu não sei ficar falando para jogar, lá na frente, para depois achar que fiz uma grande coisa ou então... Assim não tem como trabalhar.

Rapidamente, Dona Cida, a situação do transporte é um caos em Mato Grosso em termos de qualidade de ônibus, em termos de alunos que andam trezentos quilômetros por dia, e saem três horas da manhã e chegam nove horas da noite em casa. É o caos. E isso nós não vamos resolver liberando dinheiro para o município transportar criança. Nós temos que ter um trabalho da equipe pedagógica junto com a Secretaria Municipal, junto com os assessores pedagógicos, um conjunto de técnicos da Educação, especificamente dito, para buscar uma solução. Tipo esse caso de criança que sai de madrugada, batendo lata na estrada, com medo de cobra e de outros animais. Essa é a realidade do transporte escolar de Mato Grosso. De ônibus que é utilizado em regiões, onde todos os bêbados, pessoas com alta quantidade de álcool...(INAUDÍVEL) É difícil isso aí! Então, não é liberando dinheiro que vai resolver. É um trabalho técnico. Nós precisamos ter um trabalho muito grande.

Deputada, a agenda com o SINTEP eu vou levar ao Governador e quero sim, não para essa semana, mas para outra semana. Na outra semana será semana de páscoa? Não, na outra. Então, na próxima semana, antes da Semana Santa, quero realmente levar essa posição e prometo aos senhores que entro em contato com o SINTEP para agendarmos. Para esta semana não dá uma audiência com o Secretário, mas sim para a próxima semana.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – O senhor me concede uma parte?

O SR. AFONSO DALBERTO – Pois não, Deputada.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – É que haverá um conselho do sindicato agora, neste final de semana, sábado e domingo. Estarão presentes todos os municípios, por isso é necessário agendar até a sexta-feira.

O SR. AFONSO DALBERTO – Eu não vou prometer, para a senhora, uma coisa que eu não posso cumprir. Eu vou verificar, porque para a semana que vem, eu tenho certeza que eu poderia marcar. Então, o Sr. Sérgio, já fica... A sua responsabilidade é essa aí. Veja lá... Se já está agendado, está agendado, Deputada. Se já está agendado... Foi cancelada?

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Foi cancelada esta semana.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

O SR. AFONSO DALBERTO – Eu vou verificar com o Secretário. Sr. Sérgio, já verifique lá.

Sobre o valor do transporte escolar, nós o fecharemos em oito milhões para este ano e não adianta sonharmos com valor a mais.

Sobre a conta única, ela nada atrapalha na administração da Secretaria de Educação. Nada, em momento nenhum. Veja bem, Deputada, eu não estou colocando aqui a legalidade, eu estou colocando no sentido administrativo. Quanto à legalidade, é um assunto a ser tratado por órgãos que tratarão desse assunto. Traz problema para a administração? Não. Por quê? Porque na verdade nós recebemos tudo aquilo que é de direito da Secretaria Estadual de Educação. Ela vem para a conta da Secretaria e nós devolvemos para a conta única.

Nós temos o acompanhamento diário do movimento. Esse é um encaminhamento normal que nós temos, sem problema nenhum. A conta única não tem nada que atrapalhe no acompanhamento daquilo que é de direito da Secretaria Estadual de Educação. Por quê? Porque ele é depositado nas contas da Secretaria Estadual de Educação. E aí, eu e o Sr. Carlos devolvemos isso para a conta única, depositamos na conta única.

Quanto ao controle ou qualquer coisa parecida, não tem nada que nos atrapalhe na administração. Isso não. Quanto a essa situação que Vossa Excelência está falando sobre a legalidade, eu não discuto. Porque já é uma questão que não tem como...

(A SRª VERINHA ARAÚJO FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. AFONSO DALBERTO – Não. A conta única é controlada pela Secretaria de Fazenda, só que a verba, isto é, aquilo que é a receita da Secretaria Estadual de Educação vem para a Secretaria e é devolvida para a conta única.

Existe um controle. Quanto ao controle dos valores, está dentro daquilo que é e não há nada que atrapalhe. Eu gostaria, o seguinte - como nós, lá, não temos uma administração centralizada em nenhum momento, isso tanto do Secretário como toda a equipe-, eu gostaria que o Sr. Carlos Kraus - que é o Subdiretor Financeiro, que é da área de educação, que é professor e membro do Sindicato -, fizesse algumas colocações, que eu tenho certeza que ele tem...(INAUDÍVEL)

E, depois, no final, Deputada, se Vossa Excelência me permitir, eu só quero fazer o encerramento e sobre as perguntas eu não falo mais.

O SR. CARLOS KRAUS – Eu faço questão de contribuir com o meu sindicato para ter voz. Já fomos colegas diretores lá, no Sindicato.

Eu só gostaria de esclarecer uma questão. Primeiro lugar, nós não estamos retendo qualquer tipo de repasse do corrente exercício por causa de prestação de contas atrasadas. Todas as escolas que apresentaram documentação estão recebendo os repasses. Então, não estamos aí: “Ah! porque tem prestação de contas do ano passado, então, primeiro tem que regularizar”. Vamos sim, resolver a questão da prestação de contas do ano passado, até porque, devemos satisfação para o Tribunal de Contas, mas isso não impede o recebimento do repasse desse exercício.

Nós já repassamos para duzentos e quinze escolas a verba bimestral. Tínhamos fechado em 40 escolas, com alimentação escolar e fizemos um compromisso em público...(INAUDÍVEL) em torno de duzentas escolas com o repasse da alimentação escolar. Estamos agilizando isso ao máximo lá dentro. São convênios que têm que ser votados em três vias e, as escolas que foram assinar viram como é. O recurso de lá vai para a Secretaria de Fazenda, que vai para a conta das escolas. Estamos agilizando isso.

Não existe forma de ser diferente sem ser convênio. Eu desconheço. Antes de adotarmos o critério do convênio, nós fomos buscar orientação do Tribunal de Contas e procuramos também na legislação. Em primeiro lugar é a questão da gestão democrática, Srª Antônia, aquilo que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

nós tanto brigamos para termos a lei, a descentralização administrativa, pedagógica e financeira, a instituição do conselho deliberativo da comunidade escolar para auxiliar na gestão. Está na Lei e temos que segui-la.

E por outro lado, no ano passado, no dia vinte e sete de junho fora publicado no Diário Oficial a instrução normativa conjunta da Secretaria estadual de Fazenda, da Auditoria Geral do Estado e da Secretaria de Planejamento do Estado, instituindo toda e qualquer forma de repasse de recurso financeiro dentro dos órgãos do Estado. Nós somos obrigados a seguir essa instrução normativa, nós não podemos fugir disso. É aí que reza que todo repasse – e é isso que o Tribunal de Contas também nos orientou –, deve ser feito mediante convênio. Antes era utilizado o termo de compromisso, até porque, não tinha uma instrução normativa ali sobre essa questão. A partir daí nós temos que seguir as normas que nós temos.

Eu quero fazer de público um pedido para os Deputados, para a Assembléia Legislativa, para os diretores de escola e, sobretudo, o SINTEP. Eu acho que nós nos conhecemos um pouquinho na rede municipal, na nossa sistemática de trabalho também, e nós pedimos para que os senhores nos ajudem a cobrar das escolas, a regularidade. Vamos pedir para os colegas diretores correrem com a documentação e depois, num segundo momento, regularizar a documentação no início do ano para podermos celebrar os convênios, porque os convênios são para todo o ano.

No ano que vem vamos estudar até a possibilidade de conseguirmos fazer o convênio de repente para os três próximos anos, que é o período da administração. Se a legalidade permitir, até para que não tenhamos que repetir isso sempre no início do ano, talvez ano que vem façamos isso. Mas, neste momento, nós precisamos de empenho, da ajuda de todos os senhores, para que todas as escolas se enquadrem nessa normativa que temos, e que tem que ser respeitada. Não podemos fugir disso. Então, eu peço ajuda para que todas as escolas corram e providenciem essas duas certidões básicas.

Por outro lado, na normativa está muito clara a questão da prestação de contas e dos prazos. Vamos seguir isso, que poderemos fazer um planejamento lá. Agora, se depois, na prestação de contas, tivermos dificuldades ou não recebermos essas prestações de contas da escola, vão bagunçar a nossa vida lá. Nós não vamos conseguir cumprir prazo. Vamos cumprir prazo com uma, mas não vamos cumprir com outra. E vai virar aquele “nhenhém”. É importante seguir aquela normativa que os senhores receberam, que permitirá o planejamento pela SEDUC, até para caminhar com maior efetividade.

Quanto às escolas que estão regularizando a documentação lá, a sistemática é rápida, é ágil. Tivemos sim, um acúmulo agora, porque de repente, duzentas e poucas escolas regularizaram a documentação. Esses convênios estão quase no final, eles estão sendo processados. Na seqüência, para as outras escolas que regularizarem dentro da SEDUC não demoraremos três, quatro dias para fazermos todo o procedimento, que é rodar o convênio, levar para o empenho, o Secretário assinar, liquidar, depositar e transferir para a conta. É claro que tem um período de três, quatro dias para tramitação, de quando sai de lá, até cair na conta. Esse prazo demora uns três, quatro dias, no mínimo. Mas, dentro da SEDUC, no Fundo Estadual, com o procedimento para processar isso, nós temos condições de fazer em três, quatro, dias.

Nós já conversamos com toda equipe, o Sr. Afonso Dalberto pediu agilidade e o pessoal está empenhado, está conseguindo processar dessa forma. Houve um pequeno acúmulo no início do ano.

O Deputado Carlão Nascimento, hoje, quase roubou a cena. Com relação à questão do salário-educação é importante dizer que representou, nesses três meses – e isso é orientação do Governador Blairo Maggi –, o fortalecimento do Município. A campanha foi feita com uma proposta municipalista de, realmente, ajudar os municípios. No início nós tivemos a orientação do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Diretor no sentido de aplicar a lei que descentraliza mais o recurso do salário-educação. Isso, nos três primeiros meses deste ano, representaram, nada mais, nada menos, do que três milhões, novecentos e noventa e um mil reais para os municípios. Então, houve incremento significativo. Da mesma forma, nós entendemos que se investirá na questão da gestão escolar, do fortalecimento da gestão em nível de escola. É lá que os problemas acontecem, é lá que o dia-a-dia se processa, é lá que o professor dá a aula, e é lá que tem que ser o foco da Secretaria no sentido de criar as melhores condições para que os professores, diretores, gestores, realmente, possam fazer um dia-a-dia com melhor qualidade...

(NESTE MOMENTO, A DEPUTADA VERINHA ARAÚJO INTERROMPE O ORADOR – INAUDÍVEL).

O SR. CARLOS KRAUS - Só o recurso do convênio da alimentação escolar, Deputada Verinha Araújo. Eu acho que aí tem que ser um pedido. Da mesma forma que Vossa Excelência fez com o livro didático, que no início era um problema, mas, de repente, nos últimos anos já recebíamos o livro didático no mês de novembro para o próximo ano. Não era isso que acontecia? Corrigiram o problema. Na alimentação escolar, ainda, estamos com esse problema. Não precisa mandar em novembro para usar em fevereiro, mas que mande, pelo menos, no início do ano, no mês de janeiro, para que em fevereiro o recurso esteja na escola.

Nós recebemos o primeiro repasse de setecentos e poucos mil reais. Vejam bem, prestem bem atenção nesta questão, setecentos e poucos mil reais é a primeira mensalidade, e nós a recebemos na segunda quinzena de fevereiro. Operacionalmente, eu não tenho como pegar setecentos e poucos mil reais e distribuir entre as seiscentas e cinquenta escolas. Eu tenho que pelo menos fechar um pacote bimestral, porque não tenho estrutura e agilidade suficiente para fazer isso.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Então, vamos reivindicar para o dinheiro ir direto para a escola no próximo ano.

O SR. CARLOS KRAUS - Perfeitamente, eu sou favorável a isso.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Vamos levar esse pleito para o Ministro... (INAUDÍVEL).

O SR. CARLOS KRAUS - Deputada, não só o dinheiro da alimentação escolar, como de repente também, a questão do transporte escolar, salário-educação. Se aqui no Estado a Lei é essa...

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - O Salário já está reivindicado, só que o salário é município, ainda.

O SR. CARLOS KRAUS - Há questões que nós temos que automatizar na medida do possível. A questão da merenda, nós recebemos na segunda quinzena a outra parcela e completaram mil e quinhentos.

Se nós repassarmos um bimestre que são cinquenta dias letivos, nós precisamos de um mínimo um milhão de oitocentos mil reais, da alimentação escolar. Nós já tínhamos tomado a decisão, e o Arnaldo é testemunha disso, de até antecipar recursos de uma rubrica de um outro recurso disponível no caixa da educação para atender a todas as escolas.

Mas nós precisamos, também, dessa documentação para realmente universalizarmos e passarmos para todas as escolas. Aí nós precisamos realmente da ajuda do sindicato também...(NESTE MOMENTO, UM PARTICIPANTE FALA COM O ORADOR - INAUDÍVEL)... Não, o repasse que está acontecendo agora, é para cinquenta dias. No primeiro semestre ainda vai acontecer outro repasse. É, bom que se diga, veja bem, no ano passado... (NESTE MOMENTO, UM PARTICIPANTE FALA COM O ORADOR - INAUDÍVEL).

Não, são quatro repasses. Pelo menos no ano passado aconteceu assim. No ano passado nós seguimos a mesma sistemática. Veja bem, no ano passado as escolas receberam um

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

recurso no final de fevereiro e início de março, os senhores estão lembrados? Não era recurso que veio do FNDE, era recurso que a Secretaria Estadual de Educação não tinha aplicado no ano de 2000, e estava com saldo em caixa. Os senhores não tinham recebido isso no exercício correto. Estavam com saldo em caixa, aí no início do ano ratearam isso.

O repasse mesmo...

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Só para fazer uma justificativa, porque aí já está...

O SR. CARLOS KRAUS - Ah, mas, eu quero explicar...

O SR. CARLÃO NASCIMENTO - Qual foi o motivo? Todo mundo sabe que teve a greve. Foi isso.

O SR. CARLOS KRAUS - Tá.

O repasse que aconteceu mesmo no ano passado, foi o final de abril/maio, nós estamos repassando agora.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Nós vamos passar agora, para o Sr. Afonso Dalberto encerrar as considerações finais dele e do Sr. Arnaldo Paula da Silva.

Depois, nós daremos o fechamento da nossa Reunião da Comissão de Educação.

Gostaria que o Sr. Afonso Dalberto respondesse se o FNDE repassou os recursos no início desse ano, da merenda escolar, para cem dias ou para cinquenta dias. Se já foi feito esse repasse ou não.

O SR. ORADOR - Eu quero responder primeiro a Srª Maria Antônia, porque na fala dela no início e na segunda fala também, ela colocou com muita clareza que a Secretaria de Educação estava retendo recursos do FNDE, para ser repassado para as escolas. Não é verdade. O FNDE repassa setecentos e trinta e dois mil oitocentos e cinquenta e dois reais mensais, para a Secretaria Estadual de Educação.

Quando foi criada a Lei nº 7.856, de autoria do companheiro, Deputado Carlão Nascimento, foi feita uma instrução normativa para que esse repasse - ouviu Srª Maria Antônia -, fosse feito de cinquenta em cinquenta dias, para as escolas. Por que isso? Por que? Porque, os diretores fizeram uma reunião, e concluíram que para prestar dez contas eles teriam que contratar pelo menos mais um funcionário para fazer isso...

(NESTE MOMENTO, UM PARTICIPANTE FALA COM O ORADOR - INAÚDÍVEL) Não. O FNDE manda para trinta em trinta dias, tanto é que nós já recebemos a primeira parcela, a primeira de setecentos e trinta e dois, e a segunda de setecentos e trinta e dois. Para completar um milhão oitocentos cinquenta e dois mil reais... (NESTE MOMENTO, UM PARTICIPANTE FALA COM O ORADOR - INAÚDÍVEL) Eu tenho lá, e depois posso passar para o senhor, o calendário do repasses mensais.

Quando a Secretaria recebe os setecentos e trinta e dois mil, ela teria que receber três repasses para passar um, porque é de cinquenta em cinquenta dias. Era o que acontecia no ano passado de acordo com a Lei que o Deputado Carlão Nascimento fez.

Outra coisa, o senhor disse, que no ano passado o dinheiro saiu em dia. Na verdade, no ano passado só saiu em maio, porque se esperou os três repasses chegarem e completarem um milhão oitocentos e um mil, que era na época, para poder fazer. Só saiu em maio, o primeiro repasse da merenda escolar no ano de 2002, entendeu? Quer dizer, na Secretaria não se está segurando recursos não. Viu companheiro?

Com relação aos treze centavos, que todo mundo falou, nós já fizemos um estudo. Um estudo de viabilidade técnica, que já foi enviado ao Governo do Estado para ele entrar com uma contrapartida, entendeu? Inclusive, eu achei até que extrapolamos. Pedimos mais dezessete

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

centavos. Se ele der dez, está ótimo. Se der cinco, também está bom. Se não der nada, temos que esperar o Presidente Lula, não é?

Com relação ao calendário de entregas das compras que foi questionado, com relação ao pregão, eu venho esclarecer que qualquer diretor de escola tem autonomia de contratar com o fornecedor, que bateu o martelo em cima do pregão, certo.

A Secretaria de Educação só indicou o fornecedor que ofereceu o menor preço. Eu tenho a lista, aqui, dos produtos cotados pela Secretaria de Educação, dos setenta e sete produtos que a Secretaria de Educação bateu o martelo no pregão, lá no auditório da Secretaria. Setenta e cinco estavam com o valor inferior ao preço de mercado, comprado em qualquer atacado de Cuiabá. Setenta e cinco produtos ficaram com o valor menor. Dois ficaram com os valores superiores de um centavo, a couve e os ovos, ficaram com os valores superior em um centavo. E, o feijão, empatou em dois reais e cinquenta e nove centavos.

Portanto, quando eu falo que a Secretaria teve uma economia de vinte e cinco por cento por fazer o pregão em cima da alimentação escolar, não é para que esse dinheiro fique para a Secretaria Estadual de Educação, não. É para que esse dinheiro vá para a escola e compre mais merenda. A Secretaria não quer economizar e ficar com o dinheiro. O dinheiro, o repasse, já vai para o conselho.

O que é que nós estamos fazendo? Nós só estamos comprando em um grande lote. É bom para a Secretaria? É excelente! É fantástico! No Estado de Mato Grosso, a economia está chegando vinte e cinco por cento, entendeu.

O último esclarecimento é com relação à contrapartida do Estado. O Estado tem entrado com alguma coisa? Sim. O Estado é quem paga o salário das merendeiras. O Estado faz treinamento com essas merendeiras, dá cursos de aperfeiçoamentos, dá palestras, dá encontros, faz cartilhas explicativas para que elas façam merenda escolar de qualidade.

O Estado entra com equipamentos: fogões, geladeiras, *freezer*, bebedouros. Então, o Estado já está entrando com a contrapartida. Só que este ano é pouco. Este ano o que foi orçado está em torno de seiscentos mil reais. Vai dar para comprar alguma coisa, mas o ano que vem... E aí, na hora de se fazer o orçamento depende de Vossas Excelências, ouviu Deputada Verinha Araújo, incluir uma verba maior. Está bom? Está certo, então? Então, está bom?

O SR. AFONSO DALBERTO - Eu gostaria, Deputada Verinha Araújo, Deputado Carlão Nascimento, Deputado Sebastião Rezende, e toda Comissão de Educação, Desporto e Seguridade Social, de agradecer pelos senhores terem aceitado a minha presença, como representante do deputado Gabriel. Perdão... Eu sou representante do Secretário Gabriel Novis Neves - eu já estou elegendo o Dr. Gabriel Novis Neves, que não é candidato a nada -, junto com o Sr. Arnaldo Paula da Silva, o Sr. Carlos Kraus, o Sr. Sérgio e gostaria de deixar bem claro, aqui, na Assembléia Legislativa, junto ao SINTEP, aos diretores, que a nossa função será administrar dentro daquilo que for possível. Dentro de um orçamento que é conhecido de toda a sociedade, e em conjunto com a sociedade da educação.

Esse é o nosso objetivo, é isso que nós queremos buscar. Nós só podemos ter uma educação num Estado com o tamanho do Estado de Mato Grosso, com recursos e não com discursos.

Não existe uma possibilidade de pensarmos na educação, de chegar ao melhor, se nós pensarmos em discurso. Mas sim, em recursos, e recursos bem aplicados. Essa é a grande realidade.

A prestação de contas, que é uma preocupação do SINTEP e de alguns Diretores, não é um bicho de sete cabeças. Não se precisa contratar contador para isso. Isso não existe. Não há essa necessidade. A prestação de contas das escolas não está começando este ano. Isso já vem de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

outros anos. A única coisa que nós fizemos foi ampliar o repasse para as escolas. Nós temos uma equipe que trabalha nesta área, especificamente, de prestação de contas da Secretaria.

Houve uma colocação, que eu achei interessante, quanto aos interinos - foi uma colocação de um diretor, que não está mais aqui -, quanto a demora nos contratos dos interinos. Isso não é uma situação do momento, ela já vem há muito tempo.

Esse ano, na Secretaria de Estado de Educação nós gastamos, nós aplicamos cento e sessenta mil reais e depois se transformou em duzentos e vinte mil reais com equipe de treinamento para Secretários, em todo o Estado de Mato Grosso. Desse treinamento eu ainda estou esperando o resultado. É uma coisa que estou cobrando. Era um treinamento, especificamente, para os Secretários e para os diretores, que também não deixam de estar envolvidos na implantação dos novos contratos.

O que eu estou esperando? O resultado deste treinamento, que foi feito pelo recursos humano, junto com a equipe da área de processamento, também com a equipe de gestão e com uma outra. A minha cobrança é o resultado. Duzentos e vinte mil reais investidos em treinamento têm que trazer resultado. E foi feito em Cuiabá, foi feito em Rondonópolis, em Juara, em Sinop, em Mirassol d'Oeste, e em diversos municípios. Bom, isso foi um trabalho que foi feito para que? Para que o problema no contrato com os interinos seja minimizado. E este treinamento não é só para este ano, é para todos os anos.

Vejam bem, a nossa preocupação com os contratos dos interinos é muito grande. Aquele senhor que fez essa colocação, aqui, tem toda razão. Nós já estamos preocupados e fazendo investimento em treinamento, exatamente, para que não aconteça esse tipo de fato.

Eu, no bom sentido, vou cobrar o resultado. Nós precisamos desse resultado. Precisamos que esse treinamento traga resultado, que é investimento do dinheiro da Educação. É parte dos vinte e cinco por cento da Educação.

Sr^a Deputada Verinha Araújo, eu gostaria de me colocar totalmente à disposição de Vossa Excelência, da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, de toda a Assembléia Legislativa para que o entendimento seja bem claro. Nada lá dentro, vai ficar no vamos ver ou meio escondido. A educação tem que ser tratada como educação e como prioridade.

A nossa preocupação - foi feita uma colocação, me parece, pela Sr^a Helena -, quanto ao fato de um sério problema nosso, dentro da Secretaria de Estado de Educação que é informática. O Deputado Carlão Nascimento foi Secretário durante muito tempo e sabe que esse é um problema seriíssimo que nós temos lá dentro. A Secretaria de Estado de Educação não tem, hoje, ainda, uma rede lógica, com a qual poderíamos fazer uma ligação com as seiscentas e três escolas do Estado e que poderíamos resolver muitos problemas. Com isso, esse treinamento de que falamos não teria acontecido, a prestação de contas poderia ser feita pelo sistema, também os contratos, mas nós não o temos.

Porém temos que buscá-lo e estamos buscando. O Secretário Estadual de Educação, o Dr. Gabriel Novis Neves, tem cinco pontos primordiais entre eles a informatização de toda a Educação no Estado de Mato Grosso. Essa é uma necessidade.

Na verdade, a primeira pergunta que eu fiz quando fazia parte da Comissão de Transição, na primeira reunião, ainda em novembro, e quando começamos a falar no sistema de informatização, foi se havia uma rede lógica na Secretaria. A resposta foi não.

Infelizmente é uma realidade. Isso nós temos que buscar, nós temos que avançar. Foi feita muita coisa neste ramo, mas nós temos que avançar para podermos diminuir custos e agilizar o trabalho que é necessário. Esse é um dos cinco pontos iniciais que o Secretário, Dr. Gabriel Novis Neves está fazendo, e que tem que ser implantado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Eu gostaria de me colocar à disposição lá, na Secretaria, e agradecer por este convite. Muito obrigado a todos.

A SR^a. PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Antes de encerrarmos, gostaria de agradecer aqui a presença do Deputado Mauro Savi, do PSB, lá da região de Sorriso. Gostaria de agradecer a presença do Sr. Afonso Dalberto e a do Sr. Arnaldo por virem aqui, ouvir as reivindicações das escolas. Mas, na verdade, eu solicito às escolas que depois conversem diretamente com eles, sobre a questão das escolas que ainda não receberam os recursos referentes à merenda, e sobre a questão do pregão. Eles estão pedindo para que esse pregão seja desburocratizado. Eles estão sentindo dificuldades com relação a isso.

Isso, na verdade, não ficou, aqui, muito claro. E aí, Sr^a. Maria Antônia, por que não formar no Conselho de Alimentação Escolar, este debate com as escolas o mais rápido possível? Nós que somos da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social da Assembléia Legislativa, podemos acompanhar isso com o setor da SEDUC, para que seja agilizado. Porque a experiência, no município, tem sido interessante. Também seria interessante, Sr^a Adelaide, que o Conselho de Alimentação Escolar levasse o município de Cuiabá, que está com a experiência da compra através da Bolsa, e que tem obtido sucesso... (NESTE MOMENTO, UM PARTICIPANTE FALA COM O ORADOR - INAÚDIVEL). Não. Mas vamos pegar a experiência e ver o que está acontecendo. Por que é que neste Município está dando certo, e no Estado não? Vamos analisar o que precisa ser feito para isso ser melhorado.

Eu estou, então, aguardando do Sr. Afonso Dalberto este documento em relação à questão do transporte, à demanda dos Municípios e qual o valor que vai ser repassado a cada cidade. Quanto a merenda, a Comissão gostaria de receber os valores que serão repassados a cada unidade escolar, para que possamos fazer a fiscalização. Informações sobre o repasse às escolas também, e sobre esse valor emergencial de um milhão e duzentos mil, e quais são as escolas que receberão esses recursos.

Eu gostaria que os senhores anotassem e repassassem as informações a esta Comissão, por favor, para nós podermos acompanhar.

O SR. AFONSO DALBERTO - Sr^a. Deputada, Vossa Excelência me permite falar?

A SR^a. PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Pois não.

O SR. AFONSO DALBERTO - Esse repasse emergencial é um repasse que eu espero ter um acompanhamento de toda a sociedade, aqui da Comissão, da comunidade escolar, em que eu volto a repetir: não existe, não precisa, não tem que existir construtora contratada para fornecer nota fiscal para prestar contas no Tribunal de Contas. Não existe isso. A intenção desse repasse para a emergência é para que a comunidade escolar participe das necessidades emergenciais... (VIRADA DE FITA) ...Isso é um documento de prestação de contas. Não é preciso contratar empresas preocupado com nota fiscal.

Veja bem, a nossa intenção é que esse dinheiro seja utilizado ali, naquela comunidade escolar, da melhor maneira. Essa é a intenção. Isso eu vou deixar claro, porque eu estou esperando o Secretário Gabriel Novis e o Governador. Ontem, quando nós estávamos lá na reunião com o Governador eu fui claro.

Esse plano, esse projeto, esse pensamento, esse decreto foi feito para dar certo, e ele tem que dar certo. A primeira liberação de um milhão duzentos e setenta mil, mais ou menos, que estão sendo liberados, alguma coisa nesse sentido de um milhão cento e setenta, será uma experiência que dará certo em todo o Estado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Muito obrigada.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL DO DIA 1º DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Quero agradecer aos Deputados que estiveram presentes. Quero agradecer aos diretores de escolas, companheiros da educação, o nosso SINTEP, que contribuiu muito aqui no debate. Que foi, inclusive, face à matéria da imprensa relativo, justamente a Várzea Grande, dessa questão da merenda que nós provocamos essa reunião da Comissão, hoje. Muito obrigada.

E a nossa Comissão será assim: surgiu um problema? Vamos convocar, vamos discutir, vamos resolver. Já fica uma demanda para o próximo debate, que seria a questão dos recursos. Nós vamos nos preparar melhor com a participação do sindicato.

Está encerrada a Reunião de Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
 - Denize Maria Soares Martins de Siqueira.